



SALVADOR, BAHIA
SÁBADO E DOMINGO
28 E 29 DE ABRIL
DE 2012

ANO XCVI
Nº 20.838 E 20.839

DIÁRIO OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ■ ESTADO DA BAHIA

KORDSA GLOBAL

KORDSA BRASIL S.A.
COMPANHIA INCENTIVADA
CNPJ/MF Nº 13.573.332/0001-07
NIRE Nº 29.3.0000.291.7

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06.01.2012, LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 06 de janeiro de 2012, às 10:00 hs, na sede da Companhia, localizada na Rua Eleno n.º 3.832, P.O. Industrial, Município de Camaçari, Estado da Bahia, CEP: 42.810-000. 2. **QUORUM:** Presença do único acionista representando 100% do capital votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. 3. **PUBLICAÇÕES E CONVOCAÇÃO:** Foram observadas as formalidades de convocação, de acordo com o previsto na Cláusula 13 do Estatuto Social da Companhia e o artigo 124 da Lei n.º 6.404/1976, tendo sido o Edital de Convocação publicado no "Diário Oficial do Estado da Bahia" e "Tribuna da Bahia", nas edições dos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2011, conforme as vias originais dos jornais anexos. (Anexo I). 4. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** FIKRET ÇÖMERT - Presidente; CLÁUDIA COSTA SAMPAIO ROSA - Secretária. 5. **ORDEM DO DIA:** 1. Acoher o pedido de renúncia apresentado pelo Conselheiro Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. Abdulkadir Toplu (Anexo II); 2. Eleger o novo Conselheiro em substituição ao renunciante; 3. Apreiar e deliberar sobre a alteração do Parágrafo Primeiro da Trigesima Cláusula do Estatuto Social da Companhia; 4. Deliberar sobre a considação do Estatuto Social da Companhia; 5. Outros assuntos de interesse da Companhia. 6. **DELIBERAÇÕES:** 6.1. As matérias da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária foram colocadas em votação, tendo o acionista presente detentor de todas as ações com direito a voto tomado as seguintes deliberações: 6.1.1. Autorizar a lavratura da ata desta Assembleia em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1.º da Lei n.º 6.404/76; 6.1.2. Em face da renúncia apresentada pelo Conselheiro Vice-Presidente Sr. ABDULKADIR TOPLU, foi eleito para preencher o cargo vacante no Conselho de Administração da Companhia o Sr. MEHMET MESUT ADA, turco, casado, engenheiro, portador do passaporte TR-V n.º U00191956, que terá seu domicílio profissional na Rua Eleno, n.º 3.832, P.O. Industrial, Município de Camaçari, Estado da Bahia, CEP 42810-000. O Conselheiro Vice-Presidente ora eleito cumprirá mandato coincidente com o estabelecido para os demais membros do Conselho, estendendo-se, pois, até o final do mandato de seu antecessor que se encerra na Assembleia Geral Ordinária que irá apreciar as contas dos administradores relativas ao exercício social a findar-se em 31.12.2011. 6.1.3. O Vice-Presidente do Conselho de Administração ora eleito toma posse nesta data e declara para os devidos fins de direito e efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei n.º 8.934 de 18.11.1994, com a redação dada pelo art. 4.º da Lei n.º 10.194 de 14.02.2001, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, conforme Termo de Posse (Anexo III) e Procuração (Anexo IV). 6.1.4. Ratificar a atual composição do Conselho de Administração da Companhia, a saber: (I) Fikret Çömert; (II) Mehmet Mesut Ada; e (III) Daniel Arnold Pellon. 6.1.5. Ante a eleição do novo Membro do Conselho de Administração, o Conselheiro renunciante cede e transfere sua ação ao respectivo substituto, que passa a ser acionista da Sociedade. A transferência e a titularidade da ação serão formalizadas através do registro na conta de depósito das ações no livro da instituição custodiante, Banco Bradesco S.A. 6.1.6. Reformar o Estatuto Social, alterando o Parágrafo Primeiro da Trigesima Cláusula, de forma a estabelecer que a representação da Companhia será exercida pela (I) assinatura conjunta de dois diretores; ou (II) assinatura conjunta de um diretor e um procurador investido dos poderes específicos necessários, passando o referido parágrafo a ter a seguinte redação: Parágrafo 1.º - A representação da Companhia em juízo e fora dele, e, ainda, ou passivamente, perante quaisquer terceiros, autoridades federais, estaduais ou municipais, instituições financeiras, seja para abertura de contas bancárias e a contratação de quaisquer seguros em nome da Companhia, entre outros, será exercida pela (I) assinatura conjunta de dois diretores; ou (II) assinatura conjunta de um diretor e um procurador investido dos poderes específicos necessários. 7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos os presentes. Acionista: KORDSA GLOBAL ENDUSTRIYEL ILLIK VE KORO BEZI SANAYI VE TICARET ANONIM SIRKETI - p.p. Liege Meires Gâncio, Mesa: Fikret Çömert - Presidente e Cláudia Costa Sampaio Rosa - Secretária. Camaçari/BA, 06 de janeiro de 2012. Conferir com original lavrado em livro próprio. CLÁUDIA C. SAMPAIO ROSA - Secretária. JUCEB - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - Certifico o registro em: 23/04/2012, sob Nº: 97186609. Protocolo: 12/061137-6 de 03/02/2012. Hélio Portela Ramos - Secretário-Geral.



OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

CNPJ nº 06.113.876/0001-91

AVISO AO DEBENTURISTA

Encontra-se à disposição, a partir de 30/04/2012, o Relatório Anual do Agente Fiduciário - Exercício Social de 2011, nos locais indicados no Artigo 12, Inciso XVIII da Instrução CVM nº 28/83.

EMISSORA

Mineração Caraiá S.A. 1º

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2012

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A. - Agente Fiduciário

EAO - EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS E OBRAS S.A.

CNPJ Nº 00.141.269/0001-98

NIRE 29.300.026.816

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Data, hora e local: Em 26 de abril de 2012, às 9:00 horas, na sede da EAO - Empreendimentos Agropecuários e Obras S.A. ("Companhia"), nas Fazendas Reunidas Boa Vista, zona rural do Município de Ilicuí, Estado da Bahia, CEP 45290-000. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a publicação de Edital de Convocação, conforme disposto no artigo 124, § 4.º, da Lei n.º 6.404/76. **Mesa:** Emílio Alves Odebrecht, Presidente; Jicélia Sampaio Andrade Silva, Secretária. **I Deliberações preliminares:** Aprovada a lavratura da presente Ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1.º, da Lei n.º 6.404/76. **II Assembleia Geral Ordinária:** 1) Aprovados o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo dispensada, pelos acionistas, a leitura de tais documentos por serem de conhecimento geral; 2) Aprovada, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 189 da Lei n.º 6.407, de 15 de dezembro de 1976, a destinação do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 8.629.990,90 (oito milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa reais e noventa centavos), para a conta Prejuízos Acumulados, que passa a ter saldo de R\$ 67.189.251,43 (sessenta e sete milhões, cento e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos). **Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Quorum das deliberações:** As deliberações aprovadas foram tomadas por unanimidade, sem reservas ou restrições, abstenção-se de votar o legalmente impedidos. **Documentos arquivados:** Fiscal arquivados na Companhia os documentos referidos nesta Ata, após numerados seguidamente e autenticados pelos membros da Mesa. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada por unanimidade, é assinada por todos os presentes. Salvador, 26 de abril de 2012. Emílio Alves Odebrecht - Presidente da Mesa; Jicélia Sampaio Andrade Silva - Secretária da Mesa; Emílio Alves Odebrecht, Jicélia Sampaio Andrade Silva e Kieppe Participações e Administração Ltda. - Acionistas. Conferir com original lavrado em livro próprio. Jicélia Sampaio Andrade Silva - Secretária.

4 Diversos

ÔNIX CONSTRUÇÕES S/A

CNPJ/MF Nº 07.807.573/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, submetemos à aprovação de V. Sas, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras alusivas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

BALANÇO PATRIMONIAIS COMPARATIVOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 - (em reais)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	1.695	1.583	Emprestimos Bancários	17.093	17.841
Clientes	428.111	407.000	Fornecedores	431.329	417.764
Outras Contas a Receber	12.463.703	2.540.445	Obrigações Tributárias	269.208	295.242
Impostos a Recupera	437.050	434.866	Obrigações Sociais	247.497	211.632
Outras Contas a Receber	5.995.259	15.618.528	Total do Circulante	863.127	852.651
Total do Circulante	13.330.559	3.383.894	CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			Créditos de pessoas ligadas		
Créditos com Pessoas Ligadas	1.443.857	1.457.097	Obrigações Tributárias	1.242.777	1.310.358
Créditos com Terceiros	360.889	360.889	Créditos de Terceiros	399.427	399.427
Outras Contas a Receber	5.995.259	15.618.528	Créditos de Pessoas Ligadas	514.169	616.818
Total do Realizável a Longo Prazo	7.400.015	17.336.514	Total do Não Circulante	2.156.373	2.326.604
IMOBILIZADO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imóveis	2.616.199	2.616.199	Capital Social	21.000.252	21.000.252
Máquinas e Equipamentos	35.585	35.585	Lucro (Prejuízo) acumulados		
Móveis e Utensílios	5.708	5.708	Prejuízos Acumulados	(857.121)	(611.766)
Equipamentos de Informática	14.172	14.172	Prejuízo do Exercício	67.920	(239.355)
Imobilizado em Andamento	26.927	26.927	Total do Patrimônio Líquido	20.211.051	20.143.131
Depreciação Acumulada	(96.614)	(96.614)			
Total do Imobilizado	2.601.977	2.601.977			
Total do Não Circulante	10.001.992	19.338.491	Total do Passivo	23.332.551	23.322.385
Total do Ativo	23.332.551	23.322.385			

(As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (em reais)

Saldo em 31/12/2005	Capital Social	Resultados	Total do Pat. Líquido
21.000.252	(3.000)	20.997.252	(1.336)
Prejuízo do exercício		(1.336)	(1.336)
Saldo em 31/12/2006	21.000.252	(4.336)	20.995.916
Ajustes Exerc. Anteriores	(70.000)	(70.000)	(70.000)
Prejuízo do exercício		(222.584)	(222.584)
Saldo em 31/12/2007	21.000.252	(286.921)	20.703.327
Prejuízo do Exercício		(114.900)	(114.900)
Saldo em 31/12/2008	21.000.252	(411.821)	20.588.432
Prejuízo do exercício		(205.949)	(205.949)
Saldo em 31/12/2009	21.000.252	(617.766)	20.380.486
Prejuízo do Exercício		(239.355)	(239.355)
Saldo em 31/12/2010	21.000.252	(857.121)	20.143.131
Prejuízo do Exercício		67.920	67.920
Saldo em 31/12/2011	21.000.252	(789.201)	20.211.051

(As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em reais)

Receita Operacional Bruta	2011	2010
947.642	6.406.050	
Despesas da Receita	(34.469)	(400.075)
Receita Operacional Líquida	913.173	6.005.975
Custo Serviços Prestados	(490.897)	(3.522.127)
Lucro Operacional Bruto	422.276	2.483.848
Despesas Operacionais	(333.346)	(2.553.500)
Resultado Antes do IRPJ e CSL	88.930	(69.652)
Imposto de Renda	(11.058)	(101.751)
Contribuição Social	(9.852)	(67.922)
Prejuízo do Exercício	67.920	(239.355)
Prejuízo por Ação	2	(3)

(As notas explicativas são partes integrantes destas demonstrações)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (em reais)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL - A ÔNIX CONSTRUÇÕES S/A** é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo social a produção civil no segmento de obras especiais, de artes e marítimas. 2. **PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, introduzidas as principais alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, para a elaboração das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O balanço patrimonial se adequa à nova estrutura das demonstrações contábeis. As novas práticas contábeis não produziram efeitos relevantes no resultado e no patrimônio líquido da companhia. a) Outras contas a receber - trata-se de créditos ao Governo municipal, registrado pelo valor original; b) Outras contas a receber - realizável a longo prazo - trata-se de créditos junto aos Governos Estadual, Municipal e Federal, também registrado pelo valor original; c) Imobilizado - é demonstrado pelo custo de aquisição deduzida das depreciação acumuladas calculada com base no método linear, considerando a vida útil e econômica dos bens; d) CAPITAL SOCIAL - O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2010 é de R\$ 21.000.252,18, representado por 43.936 ações, sem valor nominal e sem distinção entre espécie e classe.

DIRETORIA
João Antonio da Silva Saranago - CPF 355.756.466-53
Diretor
Marcus Perdig da Silva - CPF 907.401.655-34
Diretor

CONTADOR RESPONSÁVEL
Rodrigo Oliveira Jesus de Matos
CPF 886.921.755-87
Contador CRC/BA 022545/O

ANDRADE MENDONÇA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ: 11.032.465/0001-40

Relatório da Diretoria

Senhores Adonistas:

Em cumprimento às exigências legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

A DIRETORIA.

Balanco Patrimonial / Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010		Em Reais - R\$ (centavos omitidos)	
ATIVO	2011	2010	
CIRCULANTE			PASSIVO
Caixa e equivalente de caixa	7.088.637	12.556.585	CIRCULANTE
Contas a receber de clientes	507.506	1.532.298	Fornecedores
Tributos a recuperar	72.349	303.968	Obrigações tributárias
	7.668.492	14.392.851	Obrigações trabalhistas
			Lucros e dividendos a distribuir
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Creditos com pessoas ligadas	75.580	4.241.359	Capita social
Imobilizado	13.703	-	Reserva legal
	89.283	4.241.359	Reservas de lucros
Total do Ativo	7.757.775	18.634.210	Total do Passivo e Patrimônio Líquido
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010		Em Reais - R\$ (centavos omitidos)	
Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros
Saldos em 31/12/2009	100.000	20.000	2.718.768
Distribuição de Dividendos	-	-	(2.718.768)
Lucro líquido do exercício	-	-	17.653.730
Transferência para a reserva de lucros	-	-	(17.653.730)
Saldos em 31/12/2010	100.000	20.000	17.653.730
Distribuição de Dividendos	-	-	(17.653.730)
Lucro líquido do exercício	-	-	5.901.350
Transferência para a reserva de lucros	-	-	(5.901.350)
Saldos em 31/12/2011	100.000	20.000	5.901.350
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011		Em Reais - R\$ (centavos omitidos)	
1. CONTEXTO OPERACIONAL			
A Andrade Mendonça Construções e Empreendimentos S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, criada em 25 de junho de 2009, com sede em Salvador, Estado da Bahia, tendo por objeto social a exploração do ramo de construção civil, orçamentos, perícias, laudos técnicos, planejamento, coordenação e execução de obras, compra e venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda e a incorporação de empreendimentos imobiliários. Durante o exercício de 2011, a Sociedade prestou serviços de administração de obras de construção civil para os quais destacamos os seguintes empreendimentos: O Parc Residencial Resort, Sa vador Shopping Business, CEO Sa vador Shopping, Residencial Ade aide, todos localizados no município de Sa vador, Estado da Bahia e o Parc Boa Viagem, Vita Residence, localizados no município de Recife, Estado de Pernambuco.			
Os contratos de construção por administração têm por objeto a coordenação, supervisão e execução dos serviços de construção, sob o regime de administração, de acordo com os projetos, especificações e detalhes fornecidos e a serem fornecidos pelo contratante no decorrer da construção.			
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			
2.1. Apresentação das demonstrações financeiras			
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.			
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, essas demonstrações financeiras incluem várias estimativas referentes a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações da provisão para imposto de renda e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.			
2.2. Principais práticas contábeis adotadas			
São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis:			
Regime de reconhecimento da receita			
A receita com a administração das obras é reconhecida em função da efetiva prestação dos respectivos serviços, sendo registrada mensalmente com base na comissão que a Empresa cobra pela administração das obras.			
Estimativas contábeis			
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.			
Caixa e equivalentes de caixa			
Incluem os saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras. As aplicações financeiras de curto prazo são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.			
Contas a receber de clientes			
São apresentadas aos valores presente e de realização. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.			
Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)			
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.			
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.			
3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Descrição	2011		
Bancos conta movimento	35.651		
Aplicação financeira	7.052.786		
Total	7.088.637		
4. CONTAS A RECEBER			
Descrição	2011		
Clientes - Obras Contratadas	701.833		
Provisão para devedores duvidosos	(194.327)		
Total	507.506		
5. TRIBUTOS A RECUPERAR			
Descrição	2011		
IRRF sobre aplicações financeiras	27.447		
PIS a compensar	1.220		
COFINS a compensar	5.631		
IRRF sobre o faturamento	9.281		
CSLL retida sobre o faturamento	6.187		
PIS retido sobre o faturamento	4.021		
COFINS retido sobre o faturamento	18.562		
Total	72.349		
6. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS			
Descrição	2011		
AAJ Patrimonial Ltda.	75.580		
Total	75.580		
Referem-se a operações de conta corrente com pessoas ligadas sem a incidência de encargos financeiros e sem vencimento pré-estabelecido, conforme pactuado entre as partes envolvidas.			
7. IMOBILIZADO			
	2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Em operação			
Móveis e utensílios	4.122	(378)	3.744
Equipamentos de informática	12.195	(2.236)	9.959
Total	16.317	(2.614)	13.703
8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS			
Descrição	2011		
IRPJ	214.224		
CSLL	115.207		
PIS	4.958		
COFINS	22.865		
ISS s/faturamento	7.206		
IRRF	72		
Outros tributos	1.109		
Total	365.661		
Demonstração do Resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010		Em Reais - R\$ (centavos omitidos)	
2011	2010	2011	2010
Receita com prestação de serviços	7.007.137	21.819.119	
(-) Deduções da receita bruta	(598.118)	(1.887.354)	
Receita Líquida	6.409.019	19.931.765	
Custo dos serviços prestados	(3.099)	(139.531)	
Lucro Bruto	6.405.920	19.792.234	
(-)+ Despesas e receitas operacionais			
• Gerais e administrativas	(29.041)	(294.171)	
• Depreciação/ amortização	(2.614)	-	
• Tributárias	(15.401)	(2.755)	
• Resultado Financeiro Líquido	728.786	770.388	
Lucro antes do IR e da CSLL	6.887.650	20.265.676	
(-) Contribuição social	(267.432)	(697.750)	
(-) Imposto de renda	(718.868)	(1.914.196)	
Lucro líquido do exercício	5.901.350	17.653.730	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Demonstrações dos Fluxos de Caixa		Em Reais - R\$ (centavos omitidos)	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010			
2011	2010	2011	2010
Das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social			
	6.887.650	20.265.676	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	2.614	-	
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes	1.024.792	448.216	
Tributos a recuperar	231.619	(92.160)	
Outros créditos	4.165.779	(4.164.779)	
Decréscimo (acréscimo) em passivos			
Fornecedores	(2.158)	8.288	
Obrigações trabalhistas e tributárias	(459.221)	331.946	
Lucros e dividendos a distribuir	1.337.324	27.188	
Disponibilidades líquidas provenientes das operações	13.188.399	16.825.375	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(986.300)	(2.611.946)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	12.202.099	14.213.429	
Das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	(16.317)	-	
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos	(16.317)	-	
Das atividades de financiamentos com terceiros			
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos com terceiros			
	-	-	
Das atividades de financiamentos com acionistas			
Distribuição de dividendos			
	(17.653.730)	(2.718.768)	
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos com acionistas			
	(17.653.730)	(2.718.768)	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(5.467.948)	11.494.661	
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	12.556.585	1.061.924	
No final do exercício	7.088.637	12.556.585	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(5.467.948)	11.494.661	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social (CSLL) são calculados com base na apuração do lucro presumido trimestral, aplicando-se o percentual de presunção de 32%, sobre a receita bruta decorrente de atividade de construção civil pelo regime de administração.			
	2011		
Receita Bruta - Serviços administrativos	7.007.137		
Lucro presumido - 32%	2.242.284		
Receita financeira	729.187		
Base de cálculo para IR e CSLL	2.971.471		
Imposto de renda - 15%	445.721		
Imposto de renda adicional - 10%	273.147		
Total de imposto de renda	718.868		
Contribuição social - 9%	267.432		
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
O capital social totalmente integralizado é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, todas nominativas, assim distribuídas entre os acionistas:			
Acionista	Ações	R\$	%
AAJ Patrimonial Ltda.	99.000	99.000	99%
Antonio Andrade Junior	1.000	1.000	1%
	100.000	100.000	100%
11. RESERVAS DE LUCROS			
Os lucros apurados no exercício, após constituição da reserva legal nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foram transferidos para a conta Reserva de Lucros e terão sua destinação definida pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 30/04/2012 na sede da Companhia.			
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS			
Os ativos e os passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e pelas respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.			
De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Entre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade podem ser enumerados:			

Continua...

CASA PIA E COLÉGIO DOS ÓRFÃOS DE SÃO JOAQUIM

CNPJ 15.235.302/0001-16

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.2011

Balanco patrimonial encerrado em 31/12/2011 (em reais)

ATIVO	
Circulante	
Caixa	128,78
Bens e direitos	799.526,33
Bancos	481,23
Aplicações financeiras	7.232,49
Créditos a receber	1.833.863,48
	<u>2.641.032,11</u>
Permanente	
Instalações	1.291.207,34
Investimentos	846.072,14
Imobilizado	18.650.415,48
Depreciação	(642.959,37)
	<u>19.944.735,59</u>
Total do ativo	22.585.772,70

PASSIVO	
Circulante	
Empréstimos	9.050,08
Outras obrigações	6.848,04
	<u>15.898,12</u>
Patrimônio social	
Reservas patrimoniais	15.230.921,18
	<u>15.230.921,18</u>
Superávit ou déficit acumulado	
Superávit acumulado	7.141.050,81
Superávit no exercício	197.902,69
	<u>7.338.953,40</u>
Total do passivo	22.585.772,70

Demonstração do resultado do exercício (em reais)

INGRESSOS	
Ingressos ordinários	
Aluguéis	1.049.466,36
Concessão de superfície	63.182,00
Arrendamento	12.979,28
Ingressos extraordinários	
Recebimentos diversos	27.799,42
Ingresso não operacional	
Donativos	277.242,52
Total dos ingressos	1.430.669,58
DISPÊNDIO	
Dispêndio com funcionário escola	
Remuneração de funcionários	484.585,81
Benefícios a pessoas com vínculo empregatício	
Abastecimento	8.067,22
Condução urbana	81.494,78
Encargos sociais	
INSS	34.379,21
FGTS	44.877,19
PIS	5.415,14
IRRF	6.925,24
Remuneração de pessoal sem vínculo empregatício	
Bolsa escola	25.220,60
Honorários advocatícios	49.146,62
Serviço de terceiros PF	27.732,97
Despesas religiosas	
Pessoal de apoio/horas extras	1.755,00
Locação	250,00
Dispêndio Administrativo da Escola	
Pré-escolar	
Informática	25.105,85
Conservação de imóveis	31.744,82
Conservação de equipamentos	14.253,97
Conservação de instalações	3.907,67
Apoio escola	
Despesas diversas adm.	18.729,98
Materiais de escritório	17.830,01
Telefone	17.373,10
Tarifa de energia	703,13
Tarifa de água e esgoto	6.061,17
Mensalidade programas	1.734,15
Manutenção refeitório	
Refeitório	7.089,75
Serviço de comunicação	
Manutenção telefônica	1.695,00
Locação de equipamentos	5.908,45
Despesas financeiras	
Tarifa bancária	13.979,01
Patrimônio	
Taxas de condomínio	46.060,65
DARJ escrituras	2.706,80
Taxa cartório	600,00
Averbacia	5.000,00
Jardim	5.000,00
Imóveis	149.753,62
Despesas extraordinárias	
Empréstimo a empregados	300,00
Atividade educacional	
Membrança para mães	300,00
Alimentação à criança	14.682,09
Assistência Social	
Atendimento à criança	
Alimentação	69.522,50
Assistência religiosa	30,00
Totais do dispêndio	1.232.766,99
Superávit do exercício	197.902,59

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro

Nota 1 – Contexto operacional – A Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Considerada de Utilidade Pública pelas Leis Estadual 6.743, de 09/10/1995, Municipal 7.918/2010, publicada no Diário Oficial do Município de 08 e 09/12/2010, declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 93.712, de 15/12/1966, sendo registrada no CMASS sob nº 177/06 conforme Resolução 004/006 publicada no Diário Oficial do Município de 30/05/2006, nas págs. 19 a 23, inscrita no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no Conselho Nacional de Assistência Social sob nº 7.101.00.0189/2007-35. Como Entidade Beneficente de Assistência Social, que tem por objetivo a educação, instrução e assistência social de órfãos desamparados e, na falta destes, a de menores carentes, a Entidade funciona com Educação Fundamental 1 e 2, Médio e Profissionalizante em Administração, Informática e Guia de Turismo, conforme ato de aprovação em 06 de dezembro de 2010, no processo CEE 003-0028-4/2009 e Processo nº 0030016/12/009, Resolução 139/2010 do Conselho Estadual de Educação, com registro no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC do Ministério de Educação e Cultura, mantendo desta forma em regime de internato e externato uma Escola Técnica para menores desamparados e incluindo os mesmos no mercado de trabalho.

Nota 2 – Resumo das principais práticas contábeis – Na elaboração das demonstrações financeiras de 2011, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, que alteraram artigos da Lei 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.121/08 (NBC T), que trata da estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo CFC, e especialmente a Resolução nº 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19, alterada pelas Resoluções nº 926 e 966, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro.

Nota 3 – Não elaboração e divulgação de ajustes retrospectivos (NBC TG 1000) – As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas e apresentadas de acordo com a resolução CFC nº 1.319/10, que permitiu, para este exercício de implementação da nova norma contábil, a não elaboração e divulgação dos ajustes retrospectivos requeridos pela NBC TG 1000. Desta forma, os valores correspondentes ao balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2010 e das demais demonstrações contábeis não foram ajustados pelos ajustes retrospectivos, permanecendo com os valores apresentados anteriormente de acordo com as normas contábeis aplicadas anteriormente à vigência da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Assim, a Administração da Entidade não pode declarar e não declara, de forma explícita e sem reservas, a conformidade com a NBC TG 1000, que somente será possível a partir das demonstrações contábeis de 2011, quando os valores correspondentes (2011) serão apresentados na mesma base contábil.

Nota 4 – Formalidades da escrituração contábil – A Entidade mantém sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos por meio de processamento eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação relacionado ao documento, e na falta, em elementos que comprovem ou evidenciem o fato e a prática do ato administrativo. As demonstrações contábeis e as notas explicativas são transcritas no Livro Diário da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil, sendo esta hábil e revalidada das características intrínsecas e extrínsecas essenciais, determinadas na legislação, técnica contábil e costumarias pela Sociedade, e encontram-se em boa guarda nas dependências da Entidade.

Nota 5 – Principais práticas contábeis adotadas. a) Caixa e equivalentes de caixa – Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.125/08 e nº 1.185/09, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, ou recursos com as mesmas características com disponibilidade de até 90 dias, com insignificante risco de mudança. **b) Aplicações de liquidez imediata** – As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos "pro rata" até a data do balanço. **c) Ativos circulantes** – Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **d) Ativo não circulante realizável a longo prazo** – Este grupo é composto por valores a receber e a recuperar, cujo vencimento ultrapasse o exercício subsequente. **e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa** – Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Instituição (média de inadimplência dos últimos três anos) e assim atendendo à NBC T 10.19.2.2 e o Parecer de Orientação da CVM 21/80. **f) Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzindo da depreciação calculada pelo método linear, e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09), conforme nota 7. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa de manutenção quando incorrido. **g) Passivo circulante e não circulante** – São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. **h) Prazos** – Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante. **i) Provisões de férias e encargos** – Calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do encerramento do balanço, incluindo o valor correspondente ao pagamento de FGTS e PIS. **j) Apropriação das receitas e despesas** – As receitas e as despesas são registradas pelo regime de competência. As receitas de subvenções e de doações espontâneas de terceiros, quando não condicionadas especificamente a eventos futuros, são registradas por ocasião do efetivo recebimento dos recursos. **k) Estimativas contábeis** – A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para contin-

gências e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Nota 6 – Mudanças de estimativas contábeis – Conforme determinação da Resolução CFC nº 1.177/09 e CPC 27, a Entidade alterou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens. Este ato, conforme previsão da Resolução CFC nº 1.179/09, é considerado uma mudança de estimativa contábil prospecta, afetando a depreciação do período concorrente e de cada um dos períodos futuros durante a vida útil remanescentes do ativo.

Nota 7 – Ativo não circulante imobilizado e intangível – Para viabilizar o atendimento das necessidades da Entidade e com todas as pessoas e entidades interessadas no desenvolvimento de atividades voltadas à assistência social e atendimento educacional ao menor carente, conforme finalidades estatutárias desde 1799 da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, investe na ampliação de salas, reformas de imóveis alugados e instalações para melhoria do imóvel. O ativo está registrado pelo valor de aquisição, conforme imóvel sede com 94.159,17m², que foi recebido em doação do Governo Imperial, conforme carta régia de 1819, valor este da época, deduzido da depreciação do período, originando o valor líquido contábil. A Entidade possui imóveis de renda que são alugados e seus resultados revertidos para atividade e sustentabilidade do Orfanato. Os investimentos efetuados nos imóveis constam no nosso ativo não circulante. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível é periodicamente avaliado para que possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação, na finalidade de atender a Lei 11.638/07, Pronunciamento CPC nº 45 e 27, Resolução CFC nº 1.177/09 e 1.139/08. No ano de 2011, a provisão dos créditos a receber de aluguéis atrasados em créditos a receber soma o valor de R\$ 1.833.668,28, referentes a ações de despejo e cobrança dos diversos imóveis da Entidade que são fontes de ingressos de autosustentabilidade da Entidade. No ano de 2011, a Entidade não efetuou depreciação dos bens do imobilizado e intangível e assim enquadrado-se na legislação vigente, nas edificações e instalações do patrimônio.

Nota 8 – Obrigações a curto prazo (passivo circulante) – Estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor em geral, obrigações fiscais, empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Nota 9 – Patrimônio líquido – Está composto pela reserva patrimonial dos imóveis doados por legados intransferíveis.

Nota 10 – Patrimônio líquido – Representa o patrimônio social acrescido dos resultados acumulados, reserva de reavaliações e ajustes de avaliação patrimoniais.

Nota 11 – Reserva de reavaliação – Saldo da conta de reserva de reavaliação foi realizado em conformidade com a Lei 11.638/07, art. 6º, e Resolução do CFC 1.152/09, atendendo ao regime de competência nas realizações das depreciações mensais, e pela baixa no momento da venda ou perda do bem reavaliado em exercício social anterior a 2008.

Nota 12 – Ajuste de exercícios anteriores – Não foram registrados nesta conta ajustes decorrentes de erros imputáveis a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade, conforme art. 186 da Lei 6.404, e demonstrado no balanço patrimonial na mesma linha do superávit do exercício.

Nota 13 – Redução ao valor recuperável de ativos – Conforme a Resolução 1.110/07 e NBC T 19.10, foi realizada a avaliação periódica (anual) da recuperabilidade de todos os ativos, visando assegurar que não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Por este motivo não houve a necessidade, conforme determinação da NBC T 19.10, de qualquer lançamento contábil sobre estes fatos. Para tal aferição foi realizado laudo para determinação da necessidade de redução ao valor recuperável de ativos no ano de 2010.

Nota 14 – Ajuste a valor presente – Em cumprimento à Resolução 1.151/09 e à Lei 11.638/07, a Entidade não efetuou o ajuste a valor presente das contas de ativos e passivos circulantes (saldo de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

Nota 15 – Subvenção governamental – A Entidade não recebe recursos governamentais para sua sustentabilidade. Todos os recursos são provenientes de doações de pessoas jurídicas de direito privado e dos aluguéis dos imóveis de propriedade desta Entidade.

Nota 16 – Provisões para contingências – A Entidade não constituiu provisão para contingências processuais, por não haver, de acordo com o documento recebido da assessoria jurídica, nenhuma situação que supostamente provisão para contingências prevista na Resolução 1.180/09.

Nota 17 – Receitas – Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.187/09, as receitas da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços sociais e educacionais a menores carentes em regime de internato e externato, conforme Estatuto Social da Entidade) são mensuradas pelo valor de vagas da contraprestação recebida ou a receber, dos aluguéis de imóveis mantidos com esta Entidade. As atividades sustentáveis possuem também previsão no Estatuto Social e faz jus à imunidade e/ou isenção tributária por atenderem ao artigo 14 do CTN, art. 12 da Lei 9.532/97. A receita da Entidade é apurada através dos comprovantes de recebimento com depósito bancário. Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais na manutenção, conservação e melhoramento do seu patrimônio mobiliário, fonte de ingresso e autosustentabilidade, não tendo sido investido nenhum valor no presente ano.

Nota 18 – Resultado do exercício – O superávit ou déficit do exercício de 2010 foi incorporado ao patrimônio social por determinação da Mesa Administrativa em reunião de Assembleia Geral Ordinária. O superávit do exercício de 2011 registrou no seu balanço a integração ao seu patrimônio dos contratos de superfície efetuados nos terrenos doados a esta Entidade no bairro do Pau Miúdo, sendo executadas 36 escrituras de concessão nos termos do art. 1.375 do Código Civil Brasileiro, onde ditas beneficiárias se incorporaram após dez anos ao imobilizado da Entidade, dando o total de R\$ 54.000,00. Também será incorporado ao patrimônio social atendendo às exigências estatutárias e à resolução CFC 877/2000, em especial ao item 10.19.2.7.

Nota 19 – Subvenção de seguros – A sede da Instituição, por ser um patrimônio histórico tombado pelo IPHAN, e algumas outras salas de propriedade desta Entida-

de são efetuados pagamentos de seguros, seguros estes pagos através de doação realizada pela empresa Aliança da Bahia.

Nota 20 – Doações e contribuições recebidas – A Entidade recebeu doações no exercício de 2011 de pessoas jurídicas em moeda corrente no valor de R\$ 277.242,52. O recebimento destas doações está previsto no Estatuto Social desta Entidade.

Nota 21 – Segregação contábil por área de atuação – A Entidade atendeu o que está determinado no art. 33 da Lei nº 12.101/09 e art. 11 do Decreto nº 7.237/10, no ano de 2010 e de 2011, e elaborou sua escrituração contábil segregada por área de atuação, de modo a evidenciar o seu patrimônio, as suas receitas, os custos e as despesas de cada área de atuação.

Nota 22 – Imunidade tributária – A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "c" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, e atende aos requisitos do artigo 14 do CTN. Reconhece a sua imunidade tributária nos termos do art. 150 do CNT, através do MS nº 1279498-8/2006 com sentença transitada em julgado mantendo a sua imunidade em IPTU, ITIV e ISS.

Nota 23 – Isenções das contribuições para seguridade social usufruídas – A Entidade é isenta da incidência das contribuições sociais por força da Lei nº 9.532/97, Lei nº 11.096/06 e Lei nº 12.101/09. É uma instituição educacional e social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, considerada de Utilidade Pública, tendo no ano de 2011 seus programas de assistência social para a comunidade em geral, com 100% de gratuidade e sem ônus para usuários de assistência social. A Entidade teve sua imunidade na Cota Patronal (20,00%) + SAT (1,00%) + Terceiros (5,80%) = 26,80%, dando a importância de R\$ 96.917,16. No atendimento aos objetivos da Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742, de 07/12/93, a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim presta serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com seu plano de trabalho.

Salvador, 31 de dezembro de 2011.

Otávio Tourinho Dantas – Provedor
CPF 000.517.995-53Doralice Oliveira dos Santos – Contadora
CRC/BA 021811-0 – CPF 448.887.405-34



FERTINOR FERTILIZANTES DO NORDESTE S.A.

CNPJ: 11.248.408/0001-01
NIRE: 29300067181

ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2011

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: dia 01 de novembro de 2011, às 15h00min, excepcionalmente no salão auditório do Camaleão Plaza Hotel, situado na Avenida Commercial nº 366, CEP 42.800-420, na cidade de Camaçari, BA.

2. QUORUM DE PRESENÇA: Acionistas titulares de 100% (cem por cento) do capital social da FERTINOR FERTILIZANTES DO NORDESTE S.A. ("Companhia"), conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presenças de Acionistas. **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensada, de acordo com o disposto no parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

4. COMPOSIÇÃO DA MESA: Foram eleitos para compor a mesa diretora dos trabalhos a Sra. Marta Gonçalves da Silva Soares e o Sr. Juliano Langaro da Silva, na qualidade de presidente e secretário, respectivamente. **5. ORDEM DO DIA:** 5.1. Homologar a renúncia dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 5.2. Homologar a renúncia dos membros da Diretoria de Administração da Companhia. 5.3. Homologar a renúncia dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 5.4. Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, caso o provado o desdobramento de ações. 5.5. Transformar o tipo jurídico da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada e, por consequente: 5.5.1. Alterar a denominação social da Sociedade; 5.5.2. Converter as ações em quotas sociais; 5.5.3. Eleger os administradores da Sociedade; e 5.5.4. Aprovar o projeto de contrato social. **6. LAVRATURA DA ATA:** Conforme proposta apresentada pela presidente da mesa, os acionistas presentes aprovam seja esta ata lavrada na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **7. DELIBERAÇÕES:** Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações, consignando-se que, tendo em vista o não pagamento de dividendos às titulares de ações preferenciais classe "B" por um período superior a três (três) exercícios consecutivos, ser-lhes-á conferido o direito a voto no presente conclave. 7.1. Homologar a renúncia apresentada nesta data e neste ato por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, quais sejam: (i) **Márcio Wasem**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na avenida Dom Cláudio José Gonçalves Posse de Leon nº 165, apartamento 1.505, bairro Vila Ipiranga, CEP 91.370-000, na cidade de Porto Alegre, RS, inscrito no CRC/RS sob o número 52.398, portador da carteira identidade nº 3.027.7739.196, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 485.220.820-49; (ii) **Adriano Krenzinger Orengo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Rua Afonso Taubay nº 120, apartamento 302, bairro Boa Vista, CEP 90.520-540 na cidade de Porto Alegre, RS, portador da carteira de identidade nº 0.048.963.221, inscrito no CPF/MF sob o nº 572.078.100-59; e (iii) **Rodrigo de Araújo Ribeiro**, brasileiro, solteiro, contador, residente e domiciliado na rua Felipe de Oliveira nº 428, bairro Santa Cecilia, CEP 90.360-000, na cidade de Porto Alegre, RS, inscrito no CRC/RS e CPF/MF sob os nºs 7.129.903 e 939.451.750-20, respectivamente, os quais devolvem à acionista Profertel - Produtos Químicos e Fertilizantes Ltda. as ações de sua titularidade cedidas para fins de cumprimento do artigo 146 da Lei nº 6.404/76. 7.2. Homologar a renúncia apresentada nesta data e neste ato por todos os membros da Diretoria da Companhia, quais sejam: (i) **Márcio Wasem**, acima qualificado; e (ii) **Marta Gonçalves da Silva Soares**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada na rua Manoel Zamboni nº 853, apartamento 201, bairro Mont'Senhor, CEP 90.450-251, na cidade de Porto Alegre, RS, portadora da carteira de identidade nº 9.001.416.644, expedida pela SSP/RS, inscrita na OAB/RS e no CPF/MF sob os nºs 41.803 e 696.183.300-44, respectivamente. 7.3. Aprovar o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, ou seja, 27 ações nominativas, sem valor nominal, na razão de 140.159.481.481 novas ações para cada 1 ação hoje já existente, de forma que o capital social da Companhia passa a estar dividido em 3.784.306 ações nominativas sem valor nominal, sendo 1.962.233 ações ordinárias e 1.822.073 ações preferenciais classe "B". As frações de ações decorrentes do grupamento serão transferidas à acionista Timac Agro Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda. pelo valor certo, justa e acordado de R\$ 1,00 (um Real), paga nesta data, em moeda corrente nacional. 7.4. Aprovar a nova redação do Artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigor nos seguintes termos: "Art 5º - O capital social é de R\$ 3.784.306,00, dividido em 3.784.306 ações nominativas sem valor nominal, sendo 1.962.233 ações ordinárias e 1.822.073 ações preferenciais classe B". 7.5. Transformar o tipo jurídico da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada e, por consequente: 7.5.1. Alterar a denominação social da Companhia para FERTINOR FERTILIZANTES DO NORDESTE LTDA. 7.5.2. Transformar todas as 3.784.306 ações nominativas sem valor nominal em 3.784.306 quotas sociais, cada uma com valor nominal de R\$ 1,00, sem modificação no valor do capital social. As quotas ora emitidas são distribuídas aos acionistas proporcionalmente às suas respectivas participações societárias; 7.5.3. Eleger como administrador da Sociedade o Sr. DANIEL CLAIRTON SCHNEIDER, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 3039820711 expedido pela SJS/RS e titular do CPF nº 495.677.300-59, residente e domiciliado na Rua Primeiro de Janeiro, 150, Torre 3, apartamento 1503, Três Figueiras, CEP 90470-320, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, o qual declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; 7.5.4. Aprovar o projeto de contrato social apresentado pela Administração, nos termos da minuta anexa a presente ata, a qual é rubricada e assinada pela totalidade dos presentes; e 7.5.5. Declarar transformada a Sociedade FERTINOR FERTILIZANTES DO NORDESTE LTDA. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada foi assinada pela totalidade dos acionistas presentes. **9. ASSINATURAS:** 9.1. Marta Gonçalves da Silva Soares e Juliano Langaro Silva, presidente e secretário, respectivamente. 9.2. Acionistas Presentes: Timac Agro Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda. e Fertilizantes do Nordeste S.A. 9.3. Administradores presentes: Daniel Clairton Schneider. Declaramos que a presente é cópia fiel da ata original transcrita em livro próprio. Camaçari, 01 de novembro de 2011. **Marta Gonçalves da Silva Soares - Presidente.** Juliano Langaro da Silva - Secretário. **ACIONISTAS PRESENTES: PROFERTEL-PRODUTOS QUÍMICOS E FERTILIZANTES LTDA.** Daniel Clairton Schneider - Administrador - **TIMAC AGRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA.** Daniel Clairton Schneider - Administrador - **ADMINISTRADOR ELEITO: Daniel Clairton Schneider. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - JUCEB CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 23/01/2012 SOB Nº 97163251 Protocolo: 11/256108-0, DE 05/12/2011 Empresa: 29.0373091-1 FERTINOR FERTILIZANTES DO NORDESTE S.A. - HÉLIO PORTUARIAN RAMOS - PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA**

CONTRATO SOCIAL DA FERTINOR FERTILIZANTES DO NORDESTE LTDA. CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO E SEDE.

Artigo 1º - A sociedade empresária, limitada, tem a denominação de FERTINOR FERTILIZANTES DO NORDESTE LTDA.

Artigo 2º - A sociedade tem sede e foro na Rua Beta, nº 281, Complexo Básico, Pólo Petroquímico do Nordeste, CEP 42.810-300, na cidade de Camaçari, BA, podendo as sócias abrir ou fechar filiais em qualquer ponto do território nacional.

Parágrafo Único - A sociedade possui uma filial localizada na Via Portuária, Km 20, Anexo, ZIP Cia, CEP 43.800-000, na cidade de Candeias, BA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.248.408/0004-46.

CAPÍTULO II OBJETO SOCIAL. Artigo 3º - A sociedade, agindo por conta própria ou de terceiros, tem por objeto social a importação, exportação, produção, transporte, aplicação, distribuição e comercialização de fertilizantes, insulfertilizantes, pesticidas, matérias primas, e produtos finais para agricultura, e de produtos químicos em geral, podendo praticar toda atividade complementar ao objeto social.

Parágrafo Único - A sociedade poderá participar de quaisquer outras sociedades como sócia ou acionista.

CAPÍTULO III DURAÇÃO. Artigo 4º - A sociedade tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO IV CAPITAL SOCIAL E QUOTAS. Artigo 5º - O capital social desta sociedade, totalmente subscrito e integralizado, corresponde a R\$ 3.784.306,00 (três milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e seis Reais), dividido em 3.784.306 (três milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, trezentos e seis) quotas sociais; cada uma no valor de R\$ 1,00 (um Real), assim distribuídas entre as sócias: 1) A sócia PROFERTEL - PRODUTOS QUÍMICOS E FERTILIZANTES LTDA., sociedade empresária limitada com sede no Rodovia AL 401, s/n, km 1,5, Zona Rural Guardiano, CEP 57.130-000, na cidade de Santa Luzia do Norte, AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.782.100/0001-70, com seus atos constitutivos devidam estar registrados na Junta Comercial de Alagoas sob o NIRE 272.003.888-38; é titular de 2.943.349 (dois milhões, novecentas e quarenta e três mil, trezentas e quarenta e nove) quotas sociais, cada uma no valor de R\$ 1,00 (um Real), perfazendo um total de R\$ 2.943.349,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, trezentos e quarenta e nove Reais). 2) A sócia TIMAC AGRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA., sociedade empresária limitada com sede na av. Carlos Gomes nº 1340, 11º e 12º andares, bairro Auxiliadora, CEP 90.480-001, na cidade de Porto Alegre, RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.329.713/001-29, com seus atos constitutivos devidam estar registrados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 432.036.763-31, é titular de 840.957 (oitocentas e quarenta mil, novecentas e cinquenta e sete) quotas, cada uma no valor de R\$ 1,00 (um Real), perfazendo um total de R\$ 840.957,00 (oitocentas e quarenta mil, novecentos e cinquenta e sete Reais).

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela sua integralização. **Parágrafo Segundo** - A sociedade reconhece um só proprietário para cada quota, e a cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais.

CAPÍTULO V DIREITO DE PREFERÊNCIA. Artigo 6º - Os sócios, proporcionalmente às suas participações, terão preferência na subscrição dos aumentos do capital social. Os sócios proporcionalmente às suas participações, e a sociedade, no caso de aqueles não exercerem a preferência no prazo previsto no artigo seguinte, terão a preferência na aquisição de quotas que quaisquer dos sócios queiram ceder, em igualdade de condições com terceiros interessados. **Parágrafo Único** - O disposto no caput deste artigo não se aplica nos casos em que a cessão da totalidade ou apenas de parte das quotas possuídas pelo sócio se der: (a) a sociedade que, direta ou indiretamente, detenha mais de 50% (cinquenta por cento) do capital e dos direitos de voto do sócio cedente; ou (b) a outra sociedade que, direta ou indiretamente, tenha mais de 50% (cinquenta por cento) do capital e dos direitos de voto detidos pela mesma sociedade que, direta ou indiretamente, possua mais de 50% (cinquenta por cento) do capital e dos direitos de voto do cedente. **Artigo 7º** - O sócio que desejar ceder a totalidade ou somente parte de suas quotas deverá comunicar, por escrito, ao outro sócio e à sociedade a sua intenção, indicando o valor e as condições de pagamento, assim como o nome e a qualificação do terceiro interessado na aquisição. O outro sócio terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento da comunicação, para exercer o direito de preferência assegurado no artigo anterior e para manifestar sua vontade de comprar a totalidade das quotas ofertadas ou somente parte delas. **Parágrafo Primeiro** - Após a expiração do prazo de 60 (sessenta) dias acima estabelecido para que o outro sócio exerça a preferência, a sociedade terá mais 10 (dez) dias para confirmar sua intenção de compra da totalidade das quotas ofertadas ou apenas das remanescentes.

Parágrafo Segundo - Se o outro sócio ou a sociedade não estiverem interessados na aquisição das quotas postas à venda ou estiverem interessados apenas para desistirem, o sócio cedente poderá, a seu critério, vender a totalidade ou somente o saldo remanescente ao comprador indicado, mas desde que este seja aceito pelo outro sócio, que a cessão seja feita pelo valor e condições de pagamento ofertados e no prazo de 15 (quinze) dias após a expiração do prazo estipulado no parágrafo anterior, sob pena de renovação do procedimento previsto neste artigo. **Parágrafo Terceiro** - Se for intenção de qualquer um dos sócios ceder seu direito de preferência concernente à subscrição do aumento de capital, aplicar-se-ão os mesmos procedimentos que foram definidos neste capítulo. **CAPÍTULO VI ADMINISTRAÇÃO. Artigo 8º** - A administração da sociedade será exercida por 1 (um) administrador, pessoa natural, residente e domiciliado no Brasil, designado pelos sócios por prazo indeterminado e eleito neste Contrato Social ou em instrumento próprio. **Parágrafo Primeiro** - Os sócios poderão nomear terceiro não sócio para exercer a administração social. **Parágrafo Segundo** - A nomeação dos administradores dependerá da aprovação da unanimidade dos sócios, caso o capital não esteja totalmente integralizado, ou de sócio ou sócios titulares, no mínimo, de 2/3 (dois terços) do capital social, caso o capital esteja totalmente integralizado. **Parágrafo Terceiro** - Os administradores terão as designações que lhes forem atribuídas no ato de sua designação e serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, devendo permanecer em seus cargos até a posse de seus respectivos sucessores. **Parágrafo Quarto** - A destituição de qualquer dos administradores poderá se dar a qualquer tempo, mediante aprovação, em reunião, de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. **Parágrafo Quinto** - A remuneração dos administradores será estabelecida por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, podendo a deliberação estabelecer que os administradores não perceberão qualquer remuneração. **Parágrafo Sexto** - Os sócios nomeiam como administrador da Sociedade o Sr. DANIEL CLAIRTON SCHNEIDER, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 3039820711 expedido pela SJS/RS e titular do CPF nº 495.677.300-59, residente e domiciliado na Rua Primeiro de Janeiro, 150 Torre 3, apartamento 1503, Três Figueiras, CEP 90470-320, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, o qual declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Contrato Social, em especial no Artigo 10 abaixo, para tanto disposto, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da sociedade em Juízo e fora dele, de modo ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades administrativas, ou por meio de procurador, bem como a defesa da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Artigo 9º** - Caberá aos administradores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto

...(continuação.)

FERTINOR FERTILIZANTES DO NORDESTE S.A.
CNPJ: 11.248.408/0001-01
NIRE: 29300067181

ATA SUMÁRIA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2011

Artigo 19 - As contas da administração e a destinação dos lucros líquidos anualmente obtidos serão aprovados por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, garantida a todos os sócios a sua participação proporcional.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores, e, com base nesses balanços, distribuir lucros. **Parágrafo Segundo** - A sociedade poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação de sócios titulares de mais da metade do capital social. **CAPÍTULO X FUSÃO E INCORPORAÇÃO. Artigo 20** - A sociedade poderá ser fundida ou incorporada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social. **CAPÍTULO XI CISAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO. Artigo 21** - A sociedade poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. Os sócios renunciam ao direito de retirada no caso de transformação em companhia, nos termos do que faculta o parágrafo único do artigo 221 da Lei das Sociedades por Ações. **CAPÍTULO XII DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE. Artigo 22** - A sociedade só poderá ser dissolvida por decisão consensual dos sócios, ou nos casos previstos em lei. **Parágrafo Único** - Em caso de dissolução da sociedade, o liquidante será indicado por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social e o patrimônio líquido da sociedade será verificado num prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da dissolução. Os haveres existentes, após serem empregados na liquidação das obrigações da sociedade, serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às suas participações no capital social dentro dos trinta dias subsequentes. **Artigo 23** - Em caso de retirada, dissidência, extinção, morte, exclusão, falência ou concordata de qualquer dos sócios, a sociedade poderá continuar com os sócios remanescentes, os quais terão direito de nomear novo sócio para evitar a dissolução da sociedade, a menos que os sócios remanescentes, representando mais da metade do capital social, resolvam liquidá-la. **Parágrafo Primeiro** - Se um dos sócios se retirar da sociedade nos 6 (seis) meses seguintes ao fim do exercício, efetuar-se-á a avaliação dos haveres pelo preço de mercado com base no balanço geral do último exercício se a retirada da sociedade ocorrer após o referido prazo, seus haveres serão avaliados em conformidade com o balanço especial que será levantado no exercício em curso. **Parágrafo Segundo** - Os haveres do sócio retirante serão determinados pela divisão proporcional do patrimônio líquido avaliado em conformidade com os termos do parágrafo anterior e seu pagamento far-se-á em seis parcelas mensais consecutivas, com o mesmo valor, acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês, pagáveis após 90 (noventa) dias contados da data da retirada, ou, quando for o caso, a contar da data de encerramento do balanço que tiver servido de base ao cálculo. **Parágrafo Terceiro** - O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar suas intenções para os demais, por escrito, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sendo seus haveres e os pagamentos correspondentes efetuados em conformidade com o disposto nos parágrafos anteriores. **CAPÍTULO XIII MODIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL. Artigo 24** - O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação do sócio ou sócios que representem, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social, salvo nos casos de modificação do Contrato Social para refletir matérias cuja deliberação dependa de quorum especial previsto neste Contrato Social, hipótese em que prevalecerá o quorum especial, ainda que inferior ao quorum geral de ¾ (três quartos). **CAPÍTULO XIV CONSELHO FISCAL. Artigo 25** - A sociedade não terá conselho fiscal. **CAPÍTULO XV RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL. Artigo 26** - A sociedade poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, salvo se houver urgência, caso em que os administradores podem requerer recuperação judicial, com autorização de sócios titulares de mais da metade do capital social. **CAPÍTULO XVI REGÊNCIA. Artigo 27** - A sociedade será regida pelo disposto neste contrato social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações). **CAPÍTULO XVII ALTERAÇÃO DE QUORUM POR LEI SUPERVENIENTE. Artigo 28** - Os quoruns de deliberação de sócios indicados neste Contrato Social serão automaticamente reduzidos para os mínimos permitidos em lei, mas nunca inferiores a mais da metade do capital social, no caso de modificação legal que autorize a sua redução. **CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES GERAIS. Artigo 29** - O presente contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título que seja. **Artigo 30** - As partes elegem o foro da Comarca de Camaçari, Estado da Bahia, para decidir todo litígio proveniente das determinações do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estando, assim, de acordo sobre o que foi tratado, os sócios assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de mesmo conteúdo e forma, na presença de duas testemunhas. Camaçari, 01 de novembro de 2011. **PROFERTIL - PRODUTOS QUÍMICOS E FERTILIZANTES LTDA.** Daniel Clairton Schneider Administrador - **TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA.** Daniel Clairton Schneider Administrador - **Daniel Clairton Schneider Administrador. Visto Advocático: Juliano Langaro da Silva - OAB/RS 56.334. JUCEB - JUNTA COMARCIAL DO ESTADO DA BAHIA. CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/01/2012 SOB Nº: 9716325 1. Protocolo: 11/256108-0, DE 05/12/2011. Empresa: 29 2 0373091 1 FERTINOR - FERTILIZANTES DO NORDESTE LTDA. HELIO PORTELA RAMOS SECRETÁRIO-GERAL. FERTINOR FERTILIZANTES DO NORDESTE S.A. CNPJ: 11.248.408/0001-01 NIRE: 29300067181**

ENGEPAK EMBALAGENS S.A.
CNPJ/MF nº 16.116.469/0001-20

**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam os acionistas da ENGEPAK EMBALAGENS S.A. convocados a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no dia 04 de maio de 2012, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Quadra 03 do SESFI, C/IA/Sul, Símbios Filho - Bahia, a fim de deliberarem a respeito das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: 1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, das contas da Diretoria, e das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; 2) Destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011; 3) Fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia; e 4) O que ocorrer. Símbios Filho, 26 de abril de 2012. **Francisco Teixeira de Sá - Presidente do Conselho de Administração.**

XIOLITE
CNPJ/MF nº 62.477.088/0001-94
NIRE nº 29.300.017.426

**EDITAL DE CANCELAMENTO E CONVOCAÇÃO DE NOVA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Tendo em vista vício de formalidade ocorrido devido a não publicação dos documentos da administração no prazo previsto no §3º, do art. 133 da Lei 6.404/1976, comunica-se aos acionistas da Xiolite S/A, o cancelamento da AGO designada para o dia 30/04/2012. Ao contrário, ficam convocados os acionistas da Xiolite S/A para reunirem-se no dia 11/05/2012, às 10h, na sede social da Cia., localizada na Fazenda Olho D'Água dos Coqueiros, Rodovia BA - 148, Km 11,5, na cidade de Brumado/BA, para: I. Em AGE, a) examinar, discutir e votar os Relatórios da Administração, as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2011; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e eventual distribuição de dividendos; c) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para atuar no exercício social em curso e, caso instalado, eleger seus membros e respectivos suplentes, além de fixar a remuneração global; e d) fixar o valor da remuneração global anual a ser paga aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. II. Em AGE, a) deliberar sobre a consolidação do estatuto social de modo a refletir as alterações aprovadas no decorrer dos anos sem que o estatuto social fosse consolidado. Brumado, 26/04/2012. **João Alfredo Camargo - Presidente do Conselho de Administração**

CITELUZ
CNPJ/MF Nº 02.966.986/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Ssas, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Essas demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e encontram-se a disposição na íntegra na sede da Companhia. Salvador - Bahia em 20 de abril de 2012.

BALANÇO PATRIMONIAL		Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em	
	2011	2010	31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)
Total do ativo circulante	77.732	60.161	
Total do ativo não circulante	50.650	49.775	
Total do ativo	128.382	109.936	
Total do passivo circulante	31.095	26.441	
Total do passivo não circulante	19.879	17.734	
Total do patrimônio líquido	77.408	65.761	
Total do passivo e patrimônio líquido	128.382	109.936	
Demonstrações dos resultados Exercícios findos em			
	2011	2010	
Receita líquida de vendas	149.998	133.905	
Custo dos serviços e produtos vendidos	(90.039)	(78.820)	
Lucro bruto	59.959	55.085	
Recargas (despesas) operacionais	(7.887)	(9.463)	
Comerciais	(19.953)	(15.544)	
Gerais e administrativas	(12.096)	(10.794)	
Depreciação e amortização	(1.321)	(1.167)	
Tributos	(251)	(198)	
Provisão p/ perdas com investimentos	111	(987)	
Outras receitas (desp.) oper., líquidas	396	324	
	(41.001)	(37.829)	
Receitas financeiras	898	1.083	
Despesas financeiras	(1.337)	(639)	
Variação cambial líquida	(63)	70	
	(492)	515	
Lucro antes do IR e CSLL	18.466	17.771	
Imposto de renda e contribuição social	(5.523)	(5.310)	
Lucro líquido do exercício antes da participação dos não controladores	12.943	12.461	
Participação de acionistas não controladora	-	-	
Lucro líquido do exercício	12.943	12.461	
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$ Ordinária	0,66	0,80	
Preferência Classe "A"	0,66	0,80	
Quantidade de ações	19.600.000	15.600.000	
CONTEXTO OPERACIONAL			
A Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S.A. ("Citeluz" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado subsidiária brasileira do Grupo CITELUZ (França) fundada em 05 de fevereiro de 1999, especializada na área de iluminação urbana. A partir de 2011, a Companhia acrescentou em seu portfólio os estudos e gerenciamento de projetos, assistência técnica e formação de técnicos, realização de obras e serviços referentes à concepção, instalações, manutenção e adaptação de vídeo monitoramento.			
DIRETORIA			
Lutz Carlos Alves Lima - Diretor da América do Sul; Cesar Augusto Ribeiro Teixeira - Diretor Geral; Nicolau Jean-François Gounin - Diretor Administrativo Financeiro; Antonio Fabio Oliveira Andrade - Diretor Comercial; João Bosco Barreto Guimarães - Diretor de Operações			
CONTADOR			
Leonardo Bas dos Santos CRC:BA 023117/O-2			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em reais, excluídos os centavos)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Gráfica da Bahia é uma empresa pública vinculada a Secretaria da Casa Civil, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira e capital exclusivo do Estado, regida pela Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 9.475/97 e pela Lei nº 11.638/07 por seu Estatuto, pelo Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes.

Tem como finalidade principal publicar os atos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário do estado, executar serviços gráficos, de microfilmagem e outras atividades correlatas.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009.

2.2 – Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade.

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Contas a receber

Estão registradas e mantidas no balanço pelo seu valor nominal.

b) Provisão para devedores duvidosos

Constituída para fazer face a possíveis valores incobráveis de contas a receber, de acordo com as expectativas da Administração. Por ser uma Sociedade pública do Estado da Bahia, não provisiona possíveis perdas referentes às contas a receber de clientes órgãos públicos do próprio Estado da Bahia.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, os quais são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

d) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 8.

e) Intangível

Registrado pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear levando-se em consideração a taxa de 20% ao ano.

f) Demais passivos circulantes

São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

g) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS.

O imposto de renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS, são calculados segundo as normas e critérios estabelecidos pela legislação fiscal, conforme nota explicativa nº 12, e são contabilizados pelo regime de competência.

h) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração da sociedade efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, despesas e custos. Os principais valores estimados são: provisão para devedores duvidosos, depreciação, amortização e provisão para contingências.

3 – DISPONIBILIDADES

a) – Caixa e Bancos

Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Caixa	-	77
Banco BRADESCO S/A	-	85
Banco do Brasil S/A	157.229	215.915
	157.229	216.077

b) – Aplicações financeiras

Os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Banco do Brasil S.A	21.720.407	13.700.418
	21.720.407	13.700.418

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, pode ser demonstrada como segue:

	2011	2010
Secretaria da Educação do Estado da Bahia	5.205.891	1.425.819
Cia de Processamento de Dados do Estado da Bahia	1.684.006	1.335.634
Superintendência de Desenvolvimento da Educação	-	1.361.104
Detran-BA – Departamento Estadual de Trânsito	1.123.688	1.973.653
Universidade do Estado da Bahia	765.341	893.825
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	679.118	820.962
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia	601.121	2.197.124
Assembleia Legislativa do Estado da Bahia	389.764	242.261
Empresa Baiana de Águas e Saneamento	323.390	-
PMS – Secretaria Municipal de Governo	276.879	256.854
PM-BA – Polícia Militar da Bahia	288.126	227.305
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais	258.903	154.257
SEC – Conselhos Estaduais de Educação	235.329	-
Fundação Cultural do Estado da Bahia	226.334	293.837
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia	206.381	-
Instituto do Meio Ambiente	202.233	423.786
Secretaria da Administração do Estado da Bahia	183.340	-
Associação Transparência Municipal	162.850	179.118
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia	134.386	208.097
Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda do Estado da Bahia	107.311	-
Outros	2.535.224	2.762.628
	15.590.215	14.756.264
(-) Provisão para devedores duvidosos	(176.895)	(176.895)
	15.413.320	14.579.369

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está demonstrada a seguir:

Contas a receber por idade de vencimentos	2011	2010
A vencer	4.022.383	2.614.913
Vencidos até 120 dias	655.620	3.316.904
Vencidos entre 120 a 365 dias	6.561.318	2.907.679
Vencidos mais de um ano	4.350.994	5.916.768
	15.590.215	14.756.264

5 – ESTOQUES

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, pode ser demonstrada como segue:

	2011	2010
Materia prima	-	-
Papel	1.521.059	1.840.453
Chapa	259.625	347.836
Envelope	62.786	63.324
Filme	7.138	45.749
Tinta	37.346	37.231
Outros	190.273	191.779
	2.078.227	2.526.372
Material de Consumo	43.645	32.076
Material de manutenção de máquinas e equipamentos	469.449	203.209
Outros materiais	137.372	189.841
	2.728.693	2.951.498

6 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Sociedade vem discutindo judicialmente a legalidade de algumas reclamações trabalhistas, tendo sido efetuado ao longo do tempo, depósitos judiciais no montante de R\$3.424.313 (até 2010, R\$2.713.099). Em caso de decisão desfavorável à sociedade quando do desfecho final dos processos em andamento, os depósitos a eles vinculados serão repassados à parte vencedora, como liquidação do valor do débito. Caso este seja maior do que o valor do depósito, a Sociedade complementará o pagamento. Conservadoramente, a Sociedade mantém provisionado todos os valores que envolvem estes depósitos judiciais.

	2011		2010	
	Adições	Baixas	Saldo	Saldo
Depósitos judiciais	1.315.148	(603.934)	3.424.313	2.713.099
	1.315.148	(603.934)	3.424.313	2.713.099

7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, pode ser demonstrada como segue:

	2011	2010
REDECARD S.A	40.564	26.452
VISANET S.A	12.308	15.212
Convênio pessoal à disposição	80.189	40.991
Depósito e caução	255.829	261.212
Outras contas a receber	1.903	32.443
	390.793	376.310

8 – IMOBILIZADO

CONTAS	Taxa de Depreciação	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	2011		2010	
				Líquido	Líquido		
Terrenos	-	21.688	-	21.688	21.688		
Edificações e benfeitorias	4	5.105.640	2.263.467	2.842.173	3.031.562		
Máquinas e equipamentos	10	21.895.199	16.576.166	5.319.033	7.062.608		
Veículos	20	228.617	166.069	62.548	82.887		
Móveis e utensílios	10	2.182.631	925.264	1.257.367	1.360.303		
Instalações	10	479.247	413.871	65.376	69.744		
Computadores e periféricos	20	2.096.699	1.833.196	263.503	291.518		
Aparelhos de telecomunicações	10	20.321	12.321	8.000	5.900		
Imóveis em construção	-	3.879.969	-	3.879.696	3.362.060		
Outros	-	169.035	147.916	21.119	37.036		
Total do imobilizado		36.079.046	22.338.270	13.740.776	15.325.306		

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 montou a R\$ 1.829.018 (em 2010, R\$ 1.819.710), sendo apropriados R\$ 953.097 (em 2010, R\$ 948.251) ao custo de produção e R\$ 875.921 (em 2010, R\$ 871.459), como despesa operacional.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e médias Empresas, seção 27 – Redução do Valor Recuperável de Ativo, as empresas devem verificar, anualmente, se há indícios de perda de recuperabilidade. Caso aconteça, as empresas devem avaliar o grau de recuperação dos ativos não financeiros. A Administração da EGBA entende que não há necessidade de constituição de provisão com perdas do valor recuperável impairment dos bens integrantes do ativo imobilizado.

9 – FORNECEDORES

Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Sysgrafic Comércio e Serviços de Eqptos Gráficos Ltda	-	472.550
Prodeb Cia de Processamento de Dados do Estado da Bahia	176.336	26.472
Informativa Distribuidora de Impressos Ltda	175.551	170.420
Xerox Comércio e Indústria Ltda	-	125.486
Multi Storage Armazéns Gerais Serviços Ltda.	105.543	15.000
Graphimport Importação e Exportação Ltda.	79.579	79.579
MSE Systems Comércio de Máquinas Gráficas Ltda.	73.654	-
COELBA Cia de Eletricidade do Estado da Bahia	68.498	55.875
Escrita Comércio e Serviços Ltda	50.929	20.435
Sergio Machado Reis EPP	40.000	40.000
Qualigraf Serviços Gráficos e Editora Ltda.	-	37.713
EBSC? Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	28.364	22.768
Polo Profissional Serviços Ltda	21.527	21.527
Ecalc Sistema de Computação Ltda	20.872	21.381
Alternativa Serviços Empreendimentos Ltda	2.677	2.677
Outros	719.691	252.837
	1.563.221	1.364.720



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em reais, excluídos os centavos)

10 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos desta conta em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Férias a pagar	936.585	833.626
Encargos sociais sobre férias	260.369	306.995
Encargos sociais sobre décimo terceiro salário	32.944	31.291
FGTS	85.919	76.212
INSS	357.758	329.353
Consignações retidas dos empregados	131.196	114.847
SESI/SENAI	25.709	23.093
Outros	89.941	22.085
	1.920.421	1.737.502

11 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, pode ser demonstrada como segue:

	2011	2010
COFINS	209.463	140.645
PASEP	45.439	30.502
ISS retido na fonte	31.513	31.278
ISS sobre faturamento	1.001.179	1.226.542
IRRF	167.902	143.072
Outros	3.003	6.776
	1.458.499	1.578.815

12 – IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, PIS E COFINS

A Sociedade vem apurando o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real.

As alíquotas do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS utilizadas sobre as bases de cálculo são de 25%, 9%, receita cumulativa (0,65% e 3%), não-cumulativa (1,65% e 7,60%) respectivamente.

13 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2011 a EGBA constituiu provisão para possíveis perdas referentes a reclamações trabalhistas, suportadas pelas informações prestadas pelo departamento jurídico da Sociedade. O valor provisionado até 31 de dezembro de 2011, montava a R\$2.901.782 (até 2010, R\$ 2.894.621).

	2011			2010
	Adições	Baixas	Saldo	Saldo
Indenizações trabalhistas	93.986	(86.825)	2.901.782	2.894.621
	93.986	(86.825)	2.901.782	2.894.621

14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da EGBA no valor de R\$ 42.800.000 (em 2010, R\$ 39.350.000) é integralizado pelo valor dos bens imóveis, móveis e direitos e valores de suas propriedades e por reserva de reavaliação, incorporada a seu capital, conforme dispositivos legais pertinentes.

O lucro líquido atribuído no balanço patrimonial de cada exercício social é distribuído ao Estado da Bahia ou incorporado ao capital social da EGBA, conforme deliberação do Conselho de Administração.

b) Retenção de lucros

O saldo em 31 de dezembro de 2011 encontra-se à disposição do Conselho de Administração para destinação, tendo sido proposta pela administração à retenção integral do lucro líquido, conforme disposto no artigo 202, parágrafo 3º, da Lei 6.404/76, com nova redação dada pela Lei 10.303/2001.

15 – CONTINGÊNCIAS

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e previdenciários da Sociedade dos últimos cinco anos e 30 anos para fins de FGTS, encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. A administração da Sociedade é de opinião que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam valores significativos.

16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor dos instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial se aproxima dos respectivos valores de mercado. Não é prática da Sociedade operar com derivativos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Salvador, 16 de abril de 2012.

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros da
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA.

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Gráfica da Bahia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as Demonstrações Contábeis.

A administração da Empresa Gráfica da Bahia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações

financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada

apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gráfica da Bahia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Múltipla Controladora Integrada S/S Ltda
CRC-BA - 709

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, cumprindo suas atribuições estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício de 2011, elaborados pela Audicont Auditores e Consultores e auditados pela Múltipla Controladora Integrada S/S Ltda entendem que os referidos documentos retratam adequadamente a posição da empresa em 31 de Dezembro de 2011, opinando favoravelmente pela sua aprovação, estando, pois, em condições de ser submetidos à apreciação do Conselho de Administração da EGBA e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Salvador, 18 de abril de 2012.

CÍCERO DE ANDRADE ROCHA FILHO
CELSO ZALLIO COELHO
EDUARDO SEIXAS DE SALLES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Costa dos Santos – Presidente
Luiz Gonzaga Fraga de Andrade
Robinson Santos Almeida
Manoel Vitorino da Silva Filho
Paulo Cezar Lisboa Cerqueira

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Fraga de Andrade
Diretor Geral
Francisco Américo Neves de Oliveira
Diretor Administrativo-Financeiro
Lucas Machado Moreira de Souza
Diretor Técnico

Audicont – Auditores e Consultores
CRC (BA) 0568

Edson Oliveira dos Santos
Gerente Contábil e Financeiro
CRC (BA) 10.229
Roberto Ferreira de Carvalho
Chefe da Seção de Contabilidade e Custos
CRC (BA) 4.601



Termoverde

Soluções

TERMOVERDE SALVADOR S.A.

CNPJ nº 10.267.349/0001-48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis do Termoverde Salvador S.A., complementadas pelas Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. **Conjuntura Econômica:** O ano de 2011 continuou sendo de recuperação dos efeitos da crise financeira mundial ocorrida em 2010, com crescimento do PIB no decorrer do exercício, principalmente alavancado pela demanda doméstica em relação ao crédito e de consumo favorável, avanço da massa real de rendimentos e o aumento da confiança dos consumidores propiciaram o crescimento da atividade econômica.

Operação e Organização: Em 2011, a Termoverde Salvador se firmou no setor elétrico brasileiro ao iniciar a produção em regime contínuo, consolidando em definitivo a inserção do Grupo Solvi no segmento dos agentes geradores de energia elétrica. Como o intenso envolvimento de toda a nossa equipe cumprimos as nossas obrigações relativas às atividades de operação e manutenção da termelétrica para assegurar o fornecimento de energia elétrica aos nossos clientes. Com o conhecimento adquirido por meio da análise e acompanhamento contínuo das atividades de projeto, montagem e pesquisa, foram aperfeiçoados os nossos procedimentos técnicos e empresariais, incluindo a absorção de métodos de sustentabilidade, eficiência energética, operação e manutenção em parceria com fornecedores. **Perspectivas:** Seguindo nosso propósito de criar valor aos acionistas e dentro de nossa ênfase no desenvolvimento de projetos de energia limpa, o ano de 2011 foi marcado pela entrada em operação comercial da Termoverde Salvador, constituindo-se na primeira termelétrica a biogás de aterro do Grupo Solvi e do Nordeste.

O planejamento estratégico do Grupo Solvi prevê adicionar mais três usinas a biogás de aterro até 2015 e a Termoverde Salvador terá participação decisiva na implantação desses novos projetos face ao conhecimento técnico adquirido na operação e manutenção da planta atual. **Agradecemos:** Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança e fidelidade e, aos colaboradores e demais empresas do Grupo, pelo profissionalismo e comprometimento, bem como pelo cumprimento das diretrizes da empresa. **Salvador, 25 de Abril de 2012. A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.908	5.717
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	3.157	3.574
Impostos a recuperar		927	
Estoques		1.023	
Total do ativo circulante		11.015	9.291
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Imobilizado	7	44.415	45.350
Intangível		2	
Total do ativo não circulante		44.417	45.350
Total do Ativo		55.432	54.641

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: Constituída em 05 de Maio de 2008, a Sociedade cuja sede está localizada na Rodovia BA 525 s/n KM 6,5, Bairro São Cristóvão, município de Salvador - BA, tem como objeto o desenvolvimento, construção, manutenção e exploração de usina termelétrica para geração de energia; comercialização de biogás e energia; geração, gestão e comercialização de créditos de carbono; elaboração de projetos, execução e operação de sistemas de captação de biogás; e prestação de serviços de operação e manutenção relacionados às demais atividades. Implantada em uma área de 7.000 metros quadrados dentro do Aterro Metropolitano de Salvador, a termelétrica tem potência instalada de 19,73 MW e capacidade de produzir 150 mil MWh ao ano, energia suficiente para atender à 50 mil residências. Em 2010, em sua fase pré-operacional, a Companhia comercializou energia adquirida no mercado. A usina entrou em funcionamento no início de janeiro de 2011, transformando em energia limpa o biogás gerado pela decomposição de 2,8 mil toneladas/dia de resíduo urbano depositado no aterro sanitário. A energia aí produzida abastece grandes e médias empresas, constituindo-se a termelétrica no primeiro empreendimento do Nordeste e o terceiro do Brasil a utilizar esse tipo de combustível na geração de energia elétrica em escala comercial. **2. Base de Preparação: (a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o BR GAAP. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2012. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisão inerente ao processo de sua determinação. **(e) Estimativas revisas:** Estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, mensuração de instrumentos financeiros e provisão para contingências. As principais fontes de incerteza das estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios são como seguem: **Vida útil do ativo imobilizado e intangível:** A Companhia revisa a vida útil e valor residual estimados dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada período apresentado. **Provisões:** As provisões são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Companhia racionalmente paga para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferir a obrigação para terceiros nesse momento. **3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment):** Conforme descrito na nota explicativa nº 7, a Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia considera, entre outras, as seguintes indicações: **Fontes externas de informação:** (i) Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado. **Fontes internas de informação:** (i) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; (ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo.

BALANÇO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2011	2010
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	8	4.613	4.611
Empréstimos e financiamentos	9	4.678	5.772
Salários, benefícios e encargos sociais		275	201
Impostos, taxas e contribuições a receber		90	443
Imposto de renda e contribuição social		181	155
Total do passivo circulante		10.686	11.182
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	36.752	38.837
Total do passivo não circulante		36.752	38.837
Patrimônio Líquido			
Capital social	10	9.767	9.767
Prejuízos acumulados		(1.773)	(5.145)
Total do patrimônio líquido		7.994	4.622
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		55.432	54.641

ximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado; (iii) Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Quando o valor residual do ativo exceder o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (impairment - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa. Quando a perda por recuperação ao valor recuperável do ativo imobilizado ou intangível é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **b. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista, outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente convertíveis em caixa com, no máximo, de 90 dias da data da contratação. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados. **c. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de cliente correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD) e a provisão para impairment, se necessário. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado pela provisão de crédito de liquidação duvidosa e pela provisão de impairment, caso exista indício de redução do valor recuperável. **d. Estoques:** O estoque é composto por material de manutenção e materiais de consumo na operação. Eles são avaliados pelo custo de aquisição. Quando o custo de aquisição é menor que o valor de mercado, é reconhecida uma provisão para redução do valor contábil em contrapartida a uma despesa na demonstração do resultado. **e. Imobilizado:** Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (impairment). Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ao qual se referem ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas. O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o CPC 23. A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativo estão descritas na Nota Explicativa nº 7. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em "Outros ganhos/perdas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **f. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **g. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
Receita Operacional Líquida		11	23.486
Custo dos serviços prestados		(15.207)	(15.740)
Lucro Bruto		8.279	265
Despesas Operacionais			
Comerciais	(38)	(59)	
Gerais e administrativas	12	(2.083)	(2.277)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		13	2.690
Resultado antes das Receitas (Despesas Financeiras), Lucritas e Impostos		8.848	(2.239)
Receitas financeiras	14	452	199
Despesas financeiras	14	(4.643)	(648)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		4.657	(2.688)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente		(1.046)	(557)
Diferido		-	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		3.610	(3.245)

tema o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros não derivativos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mandado para negociação ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros não derivativos do valor justo por meio do resultado são a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como ativos financeiros não derivativos. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos. **Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais refinadas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações, que, subsequentemente, é mensurado pelo custo amor-

deste. O planejamento estratégico do Grupo Solvi prevê adicionar mais três usinas a biogás de aterro até 2015 e a Termoverde Salvador terá participação decisiva na implantação desses novos projetos face ao conhecimento técnico adquirido na operação e manutenção da planta atual. **Agradecemos:** Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança e fidelidade e, aos colaboradores e demais empresas do Grupo, pelo profissionalismo e comprometimento, bem como pelo cumprimento das diretrizes da empresa. **Salvador, 25 de Abril de 2012. A Administração**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Lucros (prejuízos) acumulados		Total
	2011	2010	2011	2010	
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	9.413		(1.553)	7.860	
Regularização de Capital	354			354	
Prejuízo do exercício	-		(3.245)	(3.245)	
Juros sobre capital próprio	-		(347)	(347)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	9.767		(5.145)	4.622	
Lucro líquido do exercício	-		3.610	3.610	
Juros sobre capital próprio	-		(238)	(238)	
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	9.767		(1.773)	7.994	

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
Receitas		33.823	16.678
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		30.846	16.678
Outras		2.977	354
Insumos Adquiridos de Terceiros		(15.716)	(17.581)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(13.718)	(15.724)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.969)	(1.681)
Outras		47	25
Valor Adicionado Bruto		18.107	(934)
Depreciação, Amortização e Exaustão	7	(1.723)	-
Valor Adicionado Líquido		16.384	(904)
Produzido pela Companhia		452	199
Valor Adicionado Recebido em Transferência		14	452
Receitas financeiras		16.836	(704)
Distribuição do Valor Adicionado		16.836	(704)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2011	2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		3.610	(3.245)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações depreciação e amortização		7	1.723
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		3.787	862
Imposto de renda e contribuição social correntes		1.046	557
(Aumento) redução nos ativos operacionais: Contas a receber de clientes		6	818
Impostos a Recuperar		(927)	(-)
Estoques		(1.023)	(-)
Partes relacionadas		6	(365)
Adiantamento de fornecedores		6	(2.331)
Outros créditos		6	(36)
Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores		8	(420)
Salários, provisões e encargos sociais		74	74
Impostos, taxas e contribuições		496	236
Provisão para imposto de renda e contribuição social		(1.020)	(402)
Juros pagos		(3.983)	(767)
Partes relacionadas		379	(13)
Juros contas a pagar		43	73
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.202	(829)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado		7	(1.650)
Baixa de imobilizado		7	862
Aquisição de intangível		(2)	-
Aumento de capital		-	354
Caixa líquido atividades de investimento		(790)	(11.945)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de financiamentos - terceiros		9	3.830
Pagamento de financiamentos		9	(6.813)
Juros sobre capital próprio		(238)	(347)
Caixa líquido atividades de financiamento		(3.221)	17.366
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		191	4.592
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5	5.717
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5	5.908



Termoverde

TERMOVERDE SALVADOR S.A.

CNPJ nº 10.267.349/0001-48

...continuado
tizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **1. Benefícios a empregados:** • **Previdência privada:** Aos funcionários que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. • **Participação nos lucros:** A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como a política interna de remuneração. **1. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro real, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, e provisionados segundo o regime de competência do exercício. Impostos ativos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável. **2. Receitas de serviços prestados:** As receitas são mensuradas pelos valores justos das contraprestações recebidas ou a receber, deduzidas de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos. Na maior parte das transações da Companhia, a contraprestação é feita na forma de caixa ou equivalente de caixa e o valor da receita é o valor recebido ou a receber. • **Geração de energia elétrica:** As receitas decorrentes da geração de energia nas usinas termoeletricas são reconhecidas com base na quantidade Watts produzidos e vendidos no período. **3. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras são, substancialmente, representadas por juros, ajustes inflacionários e variações cambiais, decorrentes de empréstimos e financiamentos, correção monetária e ajustes inflacionários sobre provisões para contingências e contas a receber, sendo calculadas pelo regime de competência. **4. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise do risco de crédito para mensuração de instrumentos financeiros e provisão para contingências. As principais fontes de incerteza das estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios são: • **Vida útil do ativo imobilizado e intangível:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens imobilizados e intangíveis anualmente no final de cada período apresentado. **5. Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis:** No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce diversos julgamentos para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações, quando os CPCs e interpretações não trataram de assuntos específicos. De acordo com o IAS 1 (equivalente ao CPC 26), os ativos e passivos circulantes e não circulantes

são apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulantes e não circulantes é baseada no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados. Quando a expectativa de realização dos ativos e passivos é em um período de até 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são classificados como circulantes. Caso contrário, são classificados como não circulante. **6. Demonstração do resultado abrangente:** A Companhia não apresenta a demonstração do resultado abrangente tendo em vista que não ocorreram no exercício mutações no patrimônio líquido resultantes de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários. **7. Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e não afetam operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. **8. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada exercício. A DVA proporciona aos usuários das demonstrações financeiras informações relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas. A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: (a) pessoal e encargos; (b) impostos, taxas e contribuições; (c) remuneração de capitais de terceiros; e (d) remuneração de capitais próprios. **9. Gestão de Risco Financeiro:** A **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia não utiliza instrumentos de derivado. **(i) Risco de mercado: Risco de câmbio:** As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não entrou em qualquer contrato derivado para proteger-se contra este risco. **(ii) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. **(iii) Risco de liquidez:** A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

panha não apresentou análise de sensibilidade, pois conforme entendimento da Administração, a Companhia não está exposta de forma relevante a fatores de risco de taxa de câmbio, juros e preços. **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São compostos como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	2	2
Bancos	-	3.642
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.906	2.073
Total	5.908	5.717

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a Certificado de Depósito Bancário - CDB, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. **6. Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos:** São compostos como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Clientes Privados:		
Valores faturados	45	1.455
Medição dos serviços prestados	2.600	2.008
Total de contas a receber	2.645	3.463
Partes relacionadas (a)	366	1
Outros créditos	146	110
Total	3.157	3.574

Circulante **3.157 3.574**
(a) As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se a penalidades previstas no contrato mantido com a empresa Batre pela não disponibilidade de biogas no volume mínimo exigido. O Aging list das contas a receber é composta como segue:

Vencidos:	31/12/2011	31/12/2010
Até 30 dias	3.157	3.574
Total	3.157	3.574

7. Imobilizado: O saldo é composto como segue:

	31/12/2011	2010
Tx Média		
Annual %		
	Depre-	Líquido
	ciação	Líquido

As mutações do imobilizado em 2011 estão demonstradas conforme segue:

	2010	Adição	Transfe- rência	2011
Beneficiárias em bens				
de terceiros	1.802	24	-	1.826
Máquinas e Equipamentos	40.164	1.606	- 2.454	44.225
Móveis e Utensílios	39	7	-	46
Equipamentos de Informática	28	13	-	41
Imobilizado em Andamento	3.317	-	(862)	2.455
Total	46.138	1.650	(862)	46.138

Depreciação acumulada

	2010	Adição	Transfe- rência	2011
Beneficiárias em bens				
de terceiros	-	(55)	-	(55)
Máquinas e Equipamentos	-	(1.657)	-	(1.657)
Móveis e Utensílios	-	(3)	-	(3)
Equipamentos de Informática	-	(8)	-	(8)
Imobilizado em Andamento	-	(1.723)	-	(1.723)
Total	-	(1.723)	-	(1.723)

Imobilizado líquido **45.350 (73) (862) - 44.415**
As mutações do imobilizado em 2010 estão demonstradas conforme segue:

	2009	Adição	Transfe- rência	2010
Beneficiárias em bens de terceiros	-	-	-	1.802
Máquinas e Equipamentos	406	12	39.746	40.164
Móveis e Utensílios	32	7	-	39
Equipamentos de Informática	23	5	-	28
Imobilizado em Andamento	32.589	12.275	(41.547)	3.317
Total	33.050	12.300	-	45.350

8. Fornecedores e Outras Contas a Pagar: São compostos como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores	4.117	4.537
Partes relacionadas (a)	380	1
Cretores diversos	116	73
Total	4.613	4.611

(a) As contas a pagar a partes relacionadas registradas no passivo referem-se, substancialmente, a juros sobre o capital próprio para a controladora. **9. Empréstimos e Financiamentos:** As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010
Capital de giro	2,60% a 3,00% aa + CDI	Nov/10 a Jun/12	2.633	5.244
BNDES	3,50% aa + TJLP	Mar/12 a Abr/20	38.797	39.365
			41.430	44.609
Circulante			4.678	5.772
Não circulante			36.752	38.837

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 está representado por 9.767.070 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (R\$9.767 em 2010), perfazendo um total de R\$9.767 (R\$9.767 em 2010) registrados na rubrica "Capital social". **b) Dividendos:** O lucro líquido do exercício terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, observando-se as disposições legais aplicáveis e a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% de tal lucro ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Considerando que até 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía saldo de prejuízos acumulados, não houve a distribuição de dividendos no exercício.

11. Receitas **31/12/2011 31/12/2010**
Venda bruta de serviços **30.846 16.678**
Clientes privados **30.846 16.678**
Imobilizado **- -**
PIS **(378) (82)**
COFINS **(1.748) (508)**
ICMS **(5.233) (63)**
Total **23.486 16.005**

Receita Líquida
(a) Durante o ano de 2010 a Companhia operou com a venda de energia adquirida no mercado, com margem de lucro diferenciada. Em 2011, com o início de suas operações e geração de energia própria, obtendo receitas e lucratividade compatíveis, consequentemente majorando seu nível de impostos sobre vendas. **12. Despesas Administrativas:** São compostas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração direta mão de obra	(401)	(424)
Serviços de Terceiros (a)	(1.076)	(1.044)
Tributos, Seguros e Contribuições	(242)	(542)
Outros	(364)	(267)
Total	(2.083)	(2.277)

a) Retêr-se, substancialmente, a serviços de consultoria e manutenção. **13. Outras Receitas (Despesas) Operacionais:** São compostas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas Operacionais:		
Receitas Eventuais	2.977	-
Total	2.977	-

Despesas Operacionais: Despesas e provisões contingenciais - (168)
Patrocínio (15)
Outras despesas e receitas (272)
Total **(287) (168)**

(a) As receitas eventuais referem-se a penalidades previstas no contrato mantido com a empresa Batre pela não disponibilidade de biogas no volume mínimo exigido. **14. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas:** São compostas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	432	198
Juros recebidos e descontos obtidos	20	1
Total	452	199

Despesas financeiras: Despesas bancárias (692) (224)
Despesas c/juros e descontos concedidos (59) (8)
Despesas multas e moras financeiras - (22)
Tributos sobre movimentações financeiras (104) (394)
Juros sobre financiamento (3.787) (648)
Total **(4.643) (648)**
Total **(4.191) (449)**
15. Seguros (Não Auditado): A Sociedade mantém coberturas de seguros de danos materiais, de responsabilidade civil e outros resultantes do desenvolvimento das atividades. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas no contrato de concessão. As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	4.613	-	-	-	4.613
Empréstimos e financiamentos	4.678	9.192	13.788	13.772	41.430
Salários, benefícios e encargos sociais	275	-	-	-	275
Impostos, taxas e contribuições a receber	399	-	-	-	399
Imposto de renda e contribuição social	181	-	-	-	181
Total	10.686	9.192	13.788	13.772	47.438

Em 31 de dezembro de 2010	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	4.611	-	-	-	4.611
Empréstimos e financiamentos	5.772	5.422	8.133	25.282	44.609
Salários, benefícios e encargos sociais	201	-	-	-	201
Impostos, taxas e contribuições a receber	443	-	-	-	443
Imposto de renda e contribuição social	155	-	-	-	155
Total	11.182	5.422	8.133	25.282	50.019

b. Gestão de Capital: Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir esses custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

	2011	2010
Total de empréstimos e financiamentos	41.430	44.609
Menos: caixa e equivalentes de caixa (5.908) (5.717)		
Divida líquida	35.522	38.892
Total do patrimônio líquido	7.994	4.622
Capital total	43.516	43.514
Índice de alavancagem	81,63%	89,38%

c. Estimativa de valor justo: Conforme o CPC 40 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. Adicionalmente, o IFRS 7 estabelece uma classificação hierárquica em três níveis para mensuração do valor justo, com as seguintes definições:

• **Nível 1 -** Trata-se de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2 -** Utilizam-se outras informações, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações constatadas no mercado para substancialmente a integridade dos termos dos ativos e passivos. • **Nível 3 -** Inserções para ativos ou passivos que não são baseadas nos dados apresentados pelo mercado. Ou seja, as informações são indisponíveis, reflexo da baixa ou nenhuma atividade de mercado e que são relevantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados. **8. Instrumentos financeiros:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, basicamente, com caixa e equivalente de caixa, incluindo aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos como descrito abaixo. Em 2011 e 2010, a Companhia não efetuou transações envolvendo derivativos. Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são, substancialmente, similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. A Com-



TERMOVERDE SALVADOR S.A.

CNPJ nº 10.267.349/0001-48

...continuação

A DIRETORIA

CONTADOR: Marcos Otávio Gondaline - CRC 1SP137002/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da **Termoverde Salvador S.A.** - Salvador - BA
Examinamos as demonstrações financeiras da Termoverde Salvador S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa res-

pensabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termoverde Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a respon-

sabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Demonstrações financeiras do exercício anterior:** Não examinamos nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

São Paulo, 18 de abril de 2012
CPA Auditores Independentes
CRC 2SP01428/O-6
Orlando Otávio de Freitas Jr.
Contador CRC 1SP178871/O-4

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DAS ORQUESTRAS JUVENIS E INFANTIS E DO NEOJIBÁ - AOJIN

CNPJ: 10.490.525/0001-06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL			
Encerrado em em 31 de dezembro de 2011 - Valores Expressos em Reais (R\$)			
ATIVO	2011	2010	
CIRCULANTE			
Disponibilidades	1.233.346	485.360	
Clientes	64.018	16.450	
Adiantamentos	3.000	22.995	
Outros Créditos	129.887	151.356	
Antecipação de Projetos	5.296	0	
	1.435.547	676.161	
NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado Líquido	163.794	200.050	
	163.794	200.050	
TOTAL DO ATIVO	1.599.341	876.212	
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Em 31 de dezembro de 2011			
Valores Expressos em Reais (R\$)			
	2011	2010	
Receitas			
Contrib. recebidas para Programas	2.326.838	2.608.723	
Receitas de Ativid. Próprias, Líquidas	315.588	132.761	
Patrocínios	344.500	0	
Doações	421.125	230.482	
	3.408.052	2.971.966	
Despesas			
Com Prog. Sociais - Ativid. Próprias	(3.305.736)	(2.859.622)	
Financieras, Líquidas das			
Receitas Financeiras	(5.902)	(6.834)	
Depreciação e Amortização	(36.257)	(17.009)	
	(3.347.895)	(2.883.465)	
Superávit do Exercício	60.157	88.501	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT. SOCIAL			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011			
	FUNDO PATRIM. SOCIAL	SUPÉR. DO EXERC. DO EXERC.	TOTAL PAT. SOCIAL
Sa do em 31/12/2009	23.366	85.520	111.886
Incorporação Pat. Social	85.520	(85.520)	0
Superávit do Exercício	0	88.501	88.501
Sa do em 31/12/2010	111.886	88.501	200.388
Incorporação Pat. Social	88.501	(88.501)	0
Superávit do Exercício	0	60.157	60.157
Sa do em 31/12/2011	200.387	60.157	260.544
FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
Em 31 de dezembro de 2011			
Valores expressos em Reais (R\$)	31/12/2011	31/12/2010	
Fluxo de Caixa das atividades Operacionais			
Resultado Líquido do Exercício	60.157	88.501	
Ajustes			
Depreciação	36.257	17.009	
Variações do Ativo e Passivo			
Clientes	(48.318)	3.629	
Outros Ativos	31.169	14.880	
Fornecedores	(5.606)	(1.901)	
Outros Passivos	774.730	148.562	
Caixa Líq. proveniente das operações (aplicadas nas) ativ. operacionais	847.988	271.079	
Fluxo líquido aplicado nas atividades de investimentos			
Aquisição de bens no Ativo não Circulante - Imobilizado	0	(214.736)	
Caixa Líquido aplicado nas atividades de Investimentos	0	(214.736)	
Fluxo de caixas das atividades de financiamentos	(100.000)	0	
Aumento (red.) líquido de caixa e equivalentes a caixa	747.988	56.343	
Caixa e equivalentes de caixa: no início do exercício	485.360	429.017	
no final do exercício	1.233.346	485.360	
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa	747.988	56.343	

ANÁLISE DOS INDICES DE LIQUIDEZ			
	31/12/2011	31/12/2010	
Ativo Circulante	1.435.547	676.161	
Ativo Circulante em Estoque	1.435.547	676.161	
Ativo Não Circulante - LP	-	-	
Passivo Circulante	1.338.797	675.824	
Passivo Não Circulante - LP	-	-	
Índice de Liquidez Corrente	1,07	1,00	
Índice de Liquidez Seca	1,07	1,00	
Índice de Liquidez Geral	1,07	1,00	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADM. AS DEMONSTRAÇÕES			
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010			
1. Contexto Operacional			
A Associação de Amigos das Orquestras Juvenis e Infantis e do Neojibá é uma Pessoa Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 10 de setembro de 2008, e tem como finalidade promover, realizar e divulgar atividades de caráter social, educacional e cultural na área da música.			
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis			
As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei que rege as Normas e Procedimentos Contábeis instituídas pelo IBRACON.			
3. Principais Diretrizes Contábeis			
a) O Superávit / (-) Déficit é apurado pelo regime de competência; b) Ativo Circulante - são representados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os encargos financeiros e os rendimentos auferidos; c) Ativo Não Circulante - Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: Depreciação de bens imobilizados pelo método linear, as taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens; d) Passivo Circulante - são demonstrados pelos valores conhecidos ou cácuáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.			
4. Caixas e Bancos			
	2011	2010	
Banco Conta Movimento	1.525	1.421	
- Recursos Terceiros	74.248	60.578	
Banco Conta Movimento - Recursos Próprios	656.405	30.458	
	732.138	92.457	
4.1. Aplicações Financeiras			
	2011	2010	
Recursos de Terceiros	501.168	392.902	
	501.168	392.902	
	1.233.346	485.360	
5. Clientes			
	2011	2010	
Clientes - Mercado Interno	64.018	16.450	
	64.018	16.450	

CUMPRIMENTO METAS DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 00/2009 (DEZ/10 A NOV/11)			
INDICADOR	META ANUAL	REALIZADO ANUAL	PERCENTUAL ALCANÇADO
ATIVIDADES EDUCATIVAS FINALÍSTICAS			
Mantenção e Fortalecimento do NGF			
Nº de jovens na Orquestra Juvenil	90	71	78,90%
Nº de jovens na Orquestra Experimental	45	73	162,20%
Nº de bolsas	135	144	106,60%
Novo núcleo implantado	1	2	200,00%
Nº de jovens atendidos	80	290	362,50%
Atividades de Capacitação			
Mapa social atualizado	1 (1º sem) / 2 (2º sem)	4	133,30%
Número de ações de capacitação	80%	100%	100,00%
Número de funcionários	1 (1º sem) / 1 (2º sem)	4	200,00%
Número de integrantes capacitados	10%	15%	150,00%
Número de ações de capacitação (mín. 30h)	1	6	600,00%
Intercâmbios			
Número de artistas participantes	5 (por semestre)	67	670,00%
Número de intercâmbios realizados	1 (por semestre)	64.54%	645,40%
Número de intercâmbios entre Núcleos	1 (por semestre)	3	150,00%
Número de intercâmbios realizados	1 (por semestre)	6	300,00%
Atendimento Psicossocial aos alunos	100%	100%	100,00%
Mapa social atualizado	1	1	100,00%
Apresentações artísticas e ações de difusão			
Número de apresentações	3 (por trimestre)	25	277,80%
Número de apresentações	2 (1º sem) / 3 (2º sem)	6	120,00%
Número de cidades visitadas	1 (por semestre)	4	200,00%
Número de apresentações	1 (por semestre)	3	150,00%
Número de apresentações	3 (por semestre)	22	366,60%
Número de ensaios	4 (por semestre)	8	100,00%
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO			
Gestão de Espaços Culturais, Pedagógicos e de Pessoal			
Fase 1 da obra de adaptação concluída	100%	-	-
Atividades adm. em funcionamento no teatro ICEIA	100%	100%	100,00%
Instrumentos disponibilizados aos alunos	100%	100%	100,00%
Serviços contratados	100%	100%	100,00%
Implantação e Manutenção CDM e AEL			
CDM implantado	100%	-	-
AEL implantado	100%	-	-
Finanças, aplicação de recursos e parcerias			
Índice de liquidez seca (Ativo Circulante / Passivo Circulante) (meta anual)	≥ 1	1,07	100,00%
Receitas Totais / Despesas Totais (meta anual)	≥ 1	1,01	100,00%
Despesas folha área meio / Despesas folha área fim	até 0,5	0,23	100,00%
Número de parcerias firmadas (meta anual)	2 (por semestre)	10	250,00%
Recursos próprios para execução do programa (meta anual)	10%	49,90%	49,90%
Informatização de NEOJIBÁ			
Gestão administrativa informatizada implantada	100%	100%	100,00%
Intranet implantada	100%	-	-
Controle mensal de frequência implantado	100%	100%	100,00%
Comunicação			
Mantenção de ferramenta(s) de comunicação interna	1	1	100,00%
Atualização e manutenção do website do Projeto NEOJIBÁ	100%	100%	100,00%
Publicação impressa ou digital de Relatório Anual de atividades (meta anual)	1	1	100,00%
Produção e distribuição dos materiais de divulgação de apresentações	100%	100%	100,00%
Mantenção de ouvidoria	100%	100%	100,00%
Pesquisas			
Pesquisa interna realizada	1	1	100,00%
Pesquisa externa realizada	1	1	100,00%



Prodal
Saúde

PRODAL SAÚDE S.A.
CNPJ/MF 11.943.553/0001-02

Relatório da Administração

Srs. Acionistas:

Cumprindo determinações legais e estatutárias apresentamos o Relatório da Administração da PRODAL SAÚDE S/A, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Durante todo o período de operação do Hospital do Subúrbio, observa-se que os custos da Concessionária foram constantemente pressionados pelo excesso de serviços prestados em relação ao projeto inicial. Este excesso de demanda é decorrente das carências existentes na rede básica de saúde e da insuficiência de leitos hospitalares na cidade do Salvador, cuja população depende substancialmente do Sistema Único de Saúde - SUS. Em Março de 2012, após a revisão ordinária do Contrato de Concessão, ocorreu a majoração dos quantitativos contratados, o que deverá proporcionar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Salvador, 16 de março de 2012. **Jorge Antonio Duarte Oliveira** - Diretor Presidente.

Balança Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2011				Demonstração do Resultado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2011				Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2011			
(Valores expressos em reais - R\$)				(Valores expressos em reais - R\$)				(Valores expressos em reais - R\$)			
ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2011		2010		2011		2010	
(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Circulante		Circulante		RECEITA LÍQUIDA (Nota 17)	119.816.100	25.362.459		Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.015.864	Fornecedores (Nota 10)	8.733.448	PRESTADOS (Nota 18)	(113.064.824)	(24.742.501)		Prejuízo do exercício/período	(1.272.690)	(1.544.973)	
Contas a receber (Nota 5)	18.605.743	Fornecedores - partes relacionadas (Notas 8 e 10)	2.046.781	LUCRO BRUTO	6.751.276	619.958		Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício/período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Estoque (Nota 6)	1.924.004	Financiamentos (Nota 11)	771.770	RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				Amortização do intangível			
Impostos a recuperar (Nota 7)	1.761.741	Impostos e contribuições sociais (Nota 12)	2.120.759	Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(6.316.710)	(1.286.812)		(Notas 9 e 18)	2.309.806	347.379	
Despesas antecipadas	289.574	Salários, provisões e encargos sociais (Nota 13)	5.124.689	Despesas pré-operacionais (Nota 18)	-	(1.517.103)		Juros e variações monetárias, líquidas	2.230.869	419.871	
Outras contas a receber	191.420	Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota 8)	1.158	Outras receitas operacionais líquidas (Nota 18)	10.743	67.418		Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais (Nota 20)	(655.628)	(795.895)	
Total ativo circulante	23.788.346	Total do passivo circulante	19.024.372	1.067.832	(6.305.967)	(2.736.497)		(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	445.309	(2.116.539)		Contas a receber	(10.541.368)	(8.064.375)	
Impostos diferidos (Nota 20)	1.451.523	Financiamentos (Nota 11)	19.373.261	RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (Nota 19)	(2.373.627)	(224.329)		Estoques	1.228.211	(3.152.215)	
Intangível (Nota 9)	20.340.461	Outras contas a pagar	226.127	PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.928.318)	(2.340.868)		Impostos a recuperar	(1.191.126)	(564.492)	
Total do ativo não circulante	21.791.984	Total do passivo não circulante	19.373.261	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.928.318)	(2.340.868)		Despesas antecipadas	64.237	(353.811)	
				IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	655.628	795.895		Outras contas a receber	(191.104)	(316)	
TOTAL DO ATIVO	45.580.330	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45.580.330	PERÍODO DO EXERCÍCIO/PERÍODO POR AÇÃO	(0,13)	(0,15)		Aumento (redução) nos passivos operacionais:			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Valores expressos em reais - R\$)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital - 20/04 e 17/05/2010 (Nota 14)	20.000.000	-	20.000.000
Redução do capital - 22/11/2010 (Nota 14)	(10.000.000)	-	(10.000.000)
Prejuízo do período	-	(1.544.973)	(1.544.973)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	10.000.000	(1.544.973)	8.455.027
Prejuízo do exercício	-	(1.272.690)	(1.272.690)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	10.000.000	(2.817.663)	7.182.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (Valores expressos em reais - R\$)			
---	--	--	--

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Prodal Saúde S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima, com fins lucrativos, constituída em 20 de abril de 2010, com prazo indeterminado de duração. A Companhia tem por objeto a exploração, em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão Administrativa celebrado com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB ("Poder Concedente"), em virtude do procedimento licitatório promovido nos termos do edital nº 009/2009, da concessão do serviço público de gestão e operação da Unidade Hospitalar localizada na Rua Manoel Lino, 141, Periperi, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, cuja finalidade é a prestação de serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade, focada em urgência e emergência, de caráter referencial. O objeto social da Companhia não poderá ser alterado pelos acionistas sem a prévia autorização do "Poder Concedente". Em 28 de maio de 2010, a Companhia firmou com o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado, contrato de concessão da gestão e operação da Unidade Hospitalar denominada Hospital do Subúrbio, cujo início das operações foi em 14 de setembro de 2010. A seguir está resumido o contrato de concessão:

Prazo da concessão
O prazo da concessão é de 10 anos contados a partir da data da assinatura 14 de setembro de 2010. O prazo da Concessão poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, ou por menor período, mais de uma vez, sucessivamente, até o limite máximo de 10 anos.

Bens da concessão
Integram a concessão as edificações componentes da unidade hospitalar, já existentes e construídas pelo Poder Concedente e que venham a ser construídas no prazo da concessão, bem como todo mobiliário, equipamentos e demais bens essenciais à prestação dos serviços de gestão e operação hospitalar. Ao final da concessão os bens recebidos do Poder Concedente bem como os bens adquiridos pela Companhia ao longo do prazo da concessão serão revertidos ao poder Concedente sem a existência de pagamento de indenização para a Companhia.

Contraprestação pública
Pela execução do objeto do contrato, o Poder Concedente pagará à concessionária prestação pecuniária, denominada contraprestação mensal efetiva, cujo valor será calculado com base no anexo 4 do contrato de concessão. O cálculo da contraprestação mensal efetiva teve como ponto de partida a contraprestação anual máxima, correspondente a R\$ 103.500.000 (R\$ 8.625.000 por mês).

A Concessionária fará jus ao recebimento da contraprestação mensal máxima, desde que cumpra todos os indicadores quantitativos e indicadores de desempenho previstos no anexo 4 do contrato de concessão. Este valor inicial será reduzido na hipótese de descumprimento dos indicadores quantitativos e dos indicadores de desempenho, na forma disciplinada pelo anexo 4 do contrato de concessão. Nas cláusulas 14.8, 14.10 e 14.11 do contrato de concessão estão previstas as condições para os reajustes da contraprestação pública, revisões ordinárias e revisões extraordinárias, respectivamente.

Em 18 de fevereiro de 2011, o valor da contraprestação mensal máxima foi reajustado para R\$ 9.141.656, conforme as condições estabelecidas na cláusula 14.8 do contrato de concessão. Em julho de 2011, a Companhia entrou com pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro conforme previsto na cláusula 17 do contrato de concessão pleiteando recomposição no valor de R\$ 21.334.418, referentes ao período de 14 de setembro de 2010 a 13 de junho de 2011, sendo que o montante pleiteado, obteve em setembro de 2011 a autorização da SESAB para o faturamento de R\$8.500.356, cujo montante foi recebido em outubro de 2011.

Em novembro de 2011, a Companhia entrou com pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro conforme previsto na cláusula 17 do contrato de concessão pleiteando recomposição no valor de R\$ 7.021.901, referentes ao período de 14 de junho de 2011 a 13 de outubro de 2011, sendo que o montante pleiteado, obteve em dezembro de 2011 a autorização da SESAB para o faturamento de R\$ 5.337.523, cujo montante foi recebido em fevereiro de 2012.

A seguir é demonstrado o resumo dos pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:

Data do pedido	Período de competência	Pedido	Recebido
Julho de 2011	14 de setembro de 2010 a 13 de junho de 2011	21.334.418	8.508.356
Novembro de 2011	14 de junho a 13 de outubro de 2011	7.021.901	5.337.523

Desde a implantação do Hospital do Subúrbio a Concessionária convive com taxas de ocupação e volume de serviços de diagnóstico e terapia, bem como atendimentos de urgência e emergência superiores aos previstos no projeto. Em 14 de março de 2012, foi firmado Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com a aplicação dos indicadores quantitativos, decorrente de revisão ordinária prevista após os primeiros doze meses de operação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Representação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010
A Companhia adotou o ICPC 01 - Contratos de Concessão, vigente a partir dos exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 e conforme determinado pelas práticas contábeis brasileiras os saldos do balanço de abertura foram reapresentados. Adicionalmente, foram

efetuadas algumas reclassificações para melhor apresentação das demonstrações financeiras. Os saldos das contas afetadas pela reapresentação de 31 de dezembro de 2010 estão demonstrados a seguir:

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2011	2010
Imobilizado	14.929.178	(14.929.178)
Intangível	3.153.192	14.929.178
Fornecedores	7.208.584	(1.295.853)
Fornecedores - partes relacionadas	110.861	1.295.853
Impostos e contribuições sociais	1.235.036	(605.600)
Salários, provisões e encargos sociais	440.454	629.356
Outras contas a pagar - partes relacionadas	-	3.776
Outras contas a pagar	57.140	(25.474)

Ativo não circulante
14.929.178
14.929.178
7.208.584
110.861
1.235.036
440.454
-
57.140

Receitas (despesas) operacionais
Despesas gerais e administrativas (1.255.784)
Despesas tributárias (31.028)

Caixa gerado pelas atividades operacionais
(908.089) (4.955.304)

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento
Aquisição de intangível (Nota 9) (1.398.184) (14.795.176)

Caixa aplicado nas atividades de investimento
(1.398.184) (14.795.176)

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento
Integralização de capital (Nota 14) - 20.000.000
Redução de capital (Nota 14) - (10.000.000)
Financiamentos contratados 1.557.085 15.211.909
Pagamentos de financiamentos (Nota 11) - (3.575.058)
Partes relacionadas: Recebimentos (Nota 8) - 4.800.000
Pagamentos (Nota 8) - (4.800.000)
Juros pagos (Nota 8) - (121.319)

Caixa gerado pelas atividades de financiamento
1.557.085 21.515.532

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
(749.188) 1.765.052

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período
1.765.052 -
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período
1.015.864 1.765.052

AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
(749.188) 1.765.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balança Patrimonial - 2010			
Originalmente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado	
14.929.178	(14.929.178)	-	
3.153.192	14.929.178	18.082.370	
7.208.584	(1.295.853)	5.912.731	
110.861	1.295.853	1.295.853	
1.235.036	(605.600)	629.356	
440.454	627.376	1.067.832	
-	3.776	3.776	
57.140	(25.474)	31.666	

Resultado do Exercício - 2010			
Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado	
(1.255.784)	(31.028)	(1.286.812)	
(31.028)	31.028	-	

(Continua...)

(...continuação...)

Prodal Saúde

PRODAL SAÚDE S.A. CNPJ/MF 11.943.553/0001-02

	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do período	(1.544.973)	-	(1.544.973)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Amortização do intangível	347.379	-	347.379
Juros e variações monetárias, líquidas	110.861	309.010	419.871
Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	(795.895)	-	(795.895)
Redução nos ativos operacionais:			
Cotas a receber	(8.064.375)	-	(8.064.375)
Estoques	(3.152.215)	-	(3.152.215)
Impostos a recuperar	(564.492)	-	(564.492)
Despesas antecipadas	(353.811)	-	(353.811)
Outras cotas a receber	(316)	-	(316)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	7.208.584	(1.295.853)	5.912.731
Fornecedores - partes relacionadas	-	1.295.853	1.295.853
Impostos e contribuições sociais	1.235.036	(605.680)	629.356
Salários, provisões e encargos sociais	440.454	627.378	1.067.832
Outras cotas a pagar - partes relacionadas	-	3.776	3.776
Outras cotas a pagar	57.140	(25.474)	31.666
Juros pagos	-	(187.691)	(187.691)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(5.076.623)	121.319	(4.955.304)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	(15.188.372)	15.188.372	-
Aquisição de intangível	(3.241.377)	(11.553.799)	(14.795.176)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(18.429.749)	3.634.573	(14.795.176)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integração de capital	10.000.000	10.000.000	20.000.000
Redução de capital	-	(10.000.000)	(10.000.000)
Financiamentos contraiados	15.271.424	(59.515)	15.211.909
Pagamentos de financiamentos	-	(3.575.058)	(3.575.058)
Partes relacionadas:			
Rescisamentos	-	4.800.000	4.800.000
Pagamentos	-	(4.800.000)	(4.800.000)
Juros pagos	-	(121.319)	(121.319)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	25.271.424	(3.755.892)	21.515.532
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.765.052	-	1.765.052
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.765.052	-	1.765.052
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.765.052	-	1.765.052

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 correspondem a três meses e meio de operação comercial da Companhia, por este motivo essas demonstrações financeiras não possuem comparabilidade com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) mensurados pelo valor justo no resultado e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados como empréstimos e recebíveis.

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo no resultado.

No caso da Companhia compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em cotas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Cotas a receber

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das cotas a receber.

Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido

após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados como outros passivos financeiros e são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados ao valor justo por meio de resultado.

Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Estoques
São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

Contrato de concessão

Os ativos relacionados ao contrato de concessão, que atendem aos critérios do ICPC 01 estão alocados como direitos de operar os ativos da concessão no grupo de ativo intangível. Os bens classificados como ativos intangíveis da concessão, são aqueles que o concessionário de serviço público tem o direito de cobrar pelo uso do serviço público.

Ativo intangível

O ativo intangível inclui os direitos de operar os ativos das concessões tratados acima, licenças e custos de desenvolvimento de projetos e licenças para o uso de softwares. A Companhia não possui ativos intangíveis decorrentes de gastos com pesquisa ou adquiridos em combinações de negócios.

Os juros e demais encargos financeiros decorrentes de financiamentos foram incorporados ao ativo intangível até a data de entrada em operação dos bens. Após a data de entrada em operação os mesmos são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos, em conformidade com o princípio da competência.

As taxas de amortização do ativo intangível estão apresentadas na nota explicativa nº 9 e estão previstas no contrato de concessão.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não re-

cuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapassasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Demais ativos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas até a data do balanço.

Provisões
As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou contratuais) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo mensuradas com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

Demais passivos circulantes e não circulantes
Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

Tributação sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

O Regime Tributário de Transição - RTT, foi estabelecido pela Lei nº 11.941/09 e tem o mesmo regime de tributação independente das alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 para as práticas contábeis adotadas no Brasil. Regime Tributário de Transição - RTT foi optativo para os anos-calandários de 2008 e 2009 e obrigatório a partir de 2010.

Contribuições

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período que difere do lucro apurado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no final do período.

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas ações e exclusões admitidas.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apurados no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável e os saldos de base negativa da contribuição social e prejuízo fiscal.

Os impostos diferidos ativos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidada.

8. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações da Companhia com suas partes relacionadas são demonstrados como segue:

	Custo dos serviços prestados		Despesas operacionais	
	2011	2010	2011	2010
Promédica Patrimonial S.A	8.273.474	1.445.461	-	-
Promédica Proteção Médica a Empresas S.A	235.815	-	46.253	-
Dalkia Brasil S.A	7.900.525	1.945.281	-	-
Dalkia Ambiental S.A	6.092.320	1.352.332	-	-
Total	22.502.134	4.743.074	46.253	-
	Recebimentos		Mínus - 2010	
			Juros	Pagamentos
Promédica Patrimonial S.A	4.800.000	45.750	(2.645.750)	-
Dalkia Brasil S.A	2.200.000	75.569	(2.275.569)	-
Total	4.800.000	121.319	(4.921.319)	-

(Continua...)

do/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de registro.

Apuração do resultado e reconhecimento de receita
A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando os indicadores quantitativos e indicadores de desempenho estabelecidos no contrato de concessão são atingidos.

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

Receitas e despesas financeiras
Representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: avaliação de vida útil do ativo intangível, recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos intangíveis e os impostos diferidos, os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Prejuízo básico/diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis no data do balanço. No caso da Companhia, o prejuízo diluído por ação é igual ao prejuízo básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Resultados abrangentes

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2011	2010
Caixa e bancos	4.636	571.308
Aplicações financeiras	1.011.228	1.193.744
Total	1.015.864	1.765.052

As aplicações financeiras são de liquidez imediata e convertíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras foram remuneradas com taxas de 20% (2010, 20% - CDI) de Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	2011	2010
Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB	18.605.743	8.064.375

O contas a receber é composto por R\$ 9.141.656 (2010, R\$ 8.064.375) referente a contra prestação mensal e R\$ 464.087 referente a pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

No montante referente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a Companhia foi autorizada a emitir fatura no valor de R\$ 5.337.523 que foi recebido em fevereiro de 2012. Para o valor remanescente de R\$ 4.126.564 a Companhia não foi autorizada pela SESAB a emitir a fatura. A Companhia não possui saldo de contas a receber vencido.

6. ESTOQUES

	2011	2010
Material médico hospitalar	852.861	1.891.811
Medicamentos	834.313	1.136.198
Outros	236.830	124.206
Total	1.924.004	3.152.215

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2011	2010
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.752.320	463.921
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	100.571
Outros	9.421	-
Total	1.761.741	564.492



(...continuação...)

Prodal Saúde

PRODAL SAÚDE S.A. CNPJ/MF 11.943.553/0001-02

Os mútuos foram celebrados e quitados em 2010 entre a Companhia e as partes relacionadas, no valor total de R\$ 4.800,00 com a finalidade de financiamento do capital de giro. Sobre o saldo devedor incidiram juros de 11,75% ao ano. Em 2011, não houve transações de mútuos com partes relacionadas.

	2011	Outras contas a pagar
Prodmedica Patrimonial S.A.	689.344	1.158
Prodmedica Proteção Médica a Empresas S.A.	30.437	-
Dalkia Brasil S.A.	739.443	-
Dalkia Ambiental S.A.	587.557	-
Total	2.046.781	1.158

	2010	Outras contas a pagar
Prodmedica Patrimonial S.A.	433.638	3.776
Prodmedica Proteção Médica a Empresas S.A.	25.235	-
Dalkia Brasil S.A.	477.026	-
Dalkia Ambiental S.A.	359.954	-
Total	1.295.853	3.776

Prodmedica Patrimonial S.A.
Contrato de prestação de serviços relacionados a:
a) Supervisão de implantação e funcionamento do escritório da qualidade (visando acreditação hospitalar);
b) Gestão de suprimentos;
c) Supervisão de serviços assistenciais;
d) Supervisão de serviços terceirizados; e
e) Serviços de assistência médica domiciliar ("Home Care").

Prodmedica Proteção Médica a Empresas S.A.
a) Prestação de serviços de exames laboratoriais e fornecimento de medicamentos;
b) Venda de plano de saúde; e
c) Serviços de medicina ocupacional.

Dalkia Brasil S.A.
Contrato de prestação de serviços relacionados a:
a) Manutenção predial e engenharia clínica;
b) telefonia e recepção; e
c) gestão de utilidades.

Dalkia Ambiental S.A.
Prestação de serviços de higienização e jardinagem. Conforme descrito na cláusula 6.8 do contrato de concessão, é vedado a Companhia conceder empréstimos, financiamentos ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou partes relacionadas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, redução do capital, respeitado o limite previsto na subcláusula 19.10.1, pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de serviços celebrada em condições equitativas de mercado.

Remuneração dos administradores
Os administradores da Companhia são executivos contratados pelas empresas acionistas e por esse motivo seus honorários são pagos por essas empresas.

9. INTANGÍVEL

Taxa de amortização	Benfeitorias em imóveis de terceiros		Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Equipamentos hospitalares	Instrumentos de medicina e cirurgia	Colchões, roupas e similares	Veículos	Software	Adiantamento	Total
	10%	10%									
Custo											
Adições	2.582.824	-	3.870.250	750.708	9.386.960	123.720	304.194	34.635	658.553	717.905	18.429.749
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.582.824	0	3.870.250	750.708	9.386.960	123.720	304.194	34.635	658.553	717.905	18.429.749
Adições	-	179.057	805.479	53.075	3.040.288	344.438	2.331	114.076	29.153	-	4.567.987
Redesclassificação	-	-	-	-	649.907	-	-	-	-	(649.907)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.582.824	179.057	4.675.729	803.783	13.077.155	468.158	306.525	148.711	687.706	67.998	22.997.646
Amortização acumulada											
Adições	(75.332)	-	(73.306)	(24.245)	(152.287)	(2.190)	(6.589)	(577)	(12.853)	-	(347.379)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(75.332)	-	(73.306)	(24.245)	(152.287)	(2.190)	(6.589)	(577)	(12.853)	-	(347.379)
Amortização	(258.283)	(14.319)	(444.250)	(159.476)	(1.199.411)	(41.806)	(30.633)	(28.873)	(132.755)	-	(2.309.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(333.615)	(14.319)	(517.556)	(183.721)	(1.351.698)	(43.996)	(37.222)	(29.450)	(145.608)	-	(2.309.806)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2011	2.249.209	164.738	4.158.173	620.062	11.725.457	424.162	269.303	119.261	542.098	67.998	20.340.461
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2010	2.507.492	-	3.796.944	726.463	9.234.673	121.530	297.605	34.058	645.700	717.905	18.082.370

Referem-se a todos os ativos relacionados aos contratos de concessão, considerados dentro do conceito do ICP-01, o qual é amortizado de acordo com as taxas descritas na tabela acima previstas no contrato de concessão, a partir da entrada em operação.

(1) Gastos com o pagamento de projetos e emolumentos requeridos pelo Poder Concedente no momento da assinatura do contrato de concessão.

Contrato de concessão

Em maio de 2001, a Standing Interpretations Committee - SIC, divulgou a SIC 29, "Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços", que estabelece as informações que devem ser divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras de um outorgante de uma concessão (o outorgante) e um operador de concessão (concessionário). A IFRIC 12, publicada em novembro de 2006, prescreve o tratamento contábil aplicável aos acordos de concessão e o cumprimento de determinados critérios em que o outorgante é considerado como controlador da infraestrutura (vide nota explicativa nº 1).

Conforme descrito na SIC 29, um acordo de concessão de serviços envolve geralmente o concedente transmitir durante o período da concessão para o operador:

- O direito a prestação de serviços que concedem ao público acesso às principais infraestruturas econômicas e sociais; e
- Em alguns casos, o direito de usar ativos tangíveis, ativos intangíveis e/ou ativos financeiros.

Em troca, o operador:

- Compromete-se a prestar os serviços de acordo com os termos e condições estabelecidas durante o período de concessão; e
- Quando aplicável, compromete-se a devolver no final do período de concessão os direitos recebidos no início do período e/ou adquiridos durante o período de concessão.

Em novembro de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovou a Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão, que estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. Conforme descrito no ICP 01, esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso:

- a) o concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- b) o concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A característica comum entre os acordos de concessão de serviço é que o operador recebe o direito e incorre na obrigação de prestar serviços públicos. Esses acordos de concessão estabelecem os direitos e obrigações relativos à infraestrutura e ao serviço público, especialmente a obrigação de fornecer aos usuários o acesso ao serviço público.

O modelo de ativo intangível é usado quando o concedente controla a infraestrutura. A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB é o órgão regulador com poderes de fiscalização da execução do contrato de concessão e no exercício de suas atribuições tem o livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, contabilidade e recursos técnicos, econômicos e financeiros da Companhia, assim como à unidade hospitalar objeto da concessão.

Este órgão também é o responsável por apurar o cumprimento dos indicadores quantitativos e de desempenho, para fins de quantificação da contraprestação mensal efetiva, bem como penalizar a Companhia em caso de não cumprimento dos termos estabelecidos no contrato de concessão ou extinguir o contrato de concessão nos casos de: a) advento do termo contratual; b) encampação; c) caducidade; d) rescisão; e) anulação; e f) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato de concessão.

Estes acordos de concessão estabelecem os direitos e obrigações relativos à infraestrutura e ao serviço público, especialmente a obrigação de fornecer aos usuários o acesso ao serviço público.

O modelo de ativo intangível é usado quando o concedente controla a infraestrutura. A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB é o órgão regulador com poderes de fiscalização da execução do contrato de concessão e no exercício de suas atribuições tem o livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, contabilidade e recursos técnicos, econômicos e financeiros da Companhia, assim como à unidade hospitalar objeto da concessão.

Este órgão também é o responsável por apurar o cumprimento dos indicadores quantitativos e de desempenho, para fins de quantificação da contraprestação mensal efetiva, bem como penalizar a Companhia em caso de não cumprimento dos termos estabelecidos no contrato de concessão ou extinguir o contrato de concessão nos casos de: a) advento do termo contratual; b) encampação; c) caducidade; d) rescisão; e) anulação; e f) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato de concessão.

O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de operação do Hospital do Subúrbio pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura e utilizados durante a operação devem ser revertidos ao poder concedente; e

- O preço é regulado através de mecanismo de contraprestação pública estabelecido no contrato de concessão, bem como são definidas as modalidades de revisão da contraprestação pública, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

10. FORNECEDORES

	2011	2010
Materiais e medicamentos	4.676.967	3.324.836
Prestação de serviços	5.636.898	3.697.470
Outros	467.364	186.278
Total	10.780.229	7.208.584
Fornecedores	6.733.448	5.912.731
Fornecedores - partes relacionadas	2.046.781	1.295.853
Total	10.780.229	7.208.584

11. FINANCIAMENTOS

	2011	2010
Passivo circulante	771.770	110.861
Passivo não circulante	19.373.261	15.271.424
Total	20.145.031	15.382.285

Referem-se à CCB - Cédula de Crédito Bancário celebrada pela Companhia com o Desembalho em 1º de setembro de 2010, no valor total de R\$ 31.071.234, com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos, móveis, utensílios, software, veículos, e outros investimentos necessários para a implantação da unidade hospitalar.

Até 31 de dezembro de 2011, havia sido liberado o montante de R\$ 19.998.222.

Sobre o saldo devedor incidem juros de 9% ao ano, sendo os juros exigíveis trimestralmente durante o período de carência, fixado em 24 (vinte e quatro) meses e mensalmente durante o período de amortização do principal, a partir de 1º de outubro de 2012.

O saldo do passivo não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

Ano	Valor
2013	2.499.778
2014	2.499.778
2015	2.499.778
2016	2.499.778
2017	2.499.778
2018 em diante	6.874.371
Total	19.373.261

Em 2010, a Companhia captou e pagou R\$ 3.575.058 de empréstimos relativos à capital de giro com juros médio de 18,65% ao ano.

Movimentação dos saldos:

Adições - capital de giro	3.575.058
Adições - financiamentos	15.271.424
Juros	288.620
Pagamentos - capital de giro	(3.575.058)
Pagamentos de juros	(177.759)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	15.382.285
Adições - financiamentos	4.726.798
Juros	1.637.668
Pagamentos de juros	(1.601.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.145.031

Covenants

Abaixo relacionamos os principais fatos que causam vencimento antecipado da dívida:

- A prestação de garantia tendo como objeto a ações do capital social da Companhia;
- Seja identificada falsidade, imprecisão ou inexistência das declarações ou documentos cedidos pela Companhia; e
- Haja o requerimento de falência, insolvência ou dissolução da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011, os covenants foram atendidos.

Garantias

• Penhor de direitos creditórios emergentes do contrato de concessão Administrativa para Gestão e Operação do Hospital do Subúrbio no montante de R\$ 40.392.604.

	Capital social	Quantidade de Ações	Participação no capital social subscrito
Acionista			
Dalkia Brasil S.A.	3.000.000	3.000.000	30,0%
Prodmedica Patrimonial S.A.	7.000.000	7.000.000	70,0%
Total	10.000.000	10.000.000	100,0%

Na Assembleia Geral de Constituição da Companhia, realizada em 20 de abril de 2010, foi integralizado o capital social no valor de R\$ 1.000 em moeda corrente nacional.

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2010, o capital social da Companhia foi aumentado para R\$ 20.000.000 em moeda corrente nacional.

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2010, o capital social da Companhia foi reduzido para R\$ 10.000.000.

Destinação dos lucros

O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação dos lucros apurados no final de cada exercício, após deduzidas as participações no resultado: (a) 5% para a constituição do fundo de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei das sociedades por ações.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui demandas judiciais em andamento.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital a Companhia é formada pelo endi-

videndo o valor da garantia corresponder, sempre a, no mínimo 130% do valor do principal e demais encargos contratuais; e

- Aval dos acionistas Prodmedica Patrimonial S.A e Dalkia Brasil S.A.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2011	2010
PIS	180.358	52.418
COFINS	832.422	241.931
ISS	554.948	161.288
IRRF	257.616	89.286
ISS retido de terceiros	133.935	84.097
Outros	161.480	1.336
Total	2.120.759	629.356

13. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	2011	2010
Salários	1.294.208	21.698
INSS	1.390.573	396.428
FGTS	128.996	92.226
Provisão de férias e encargos sociais	2.031.759	440.454
INSS retido de terceiros	278.439	117.026
Outros	714	-
Total	5.124.689	1.067.832

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 10.000.000, representado por 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

	Capital social	Quantidade de Ações	Participação no capital social subscrito
Acionista			
Dalkia Brasil S.A.	3.000.000	3.000.000	30,0%
Prodmedica Patrimonial S.A.	7.000.000	7.000.000	70,0%
Total	10.000.000	10.000.000	100,0%

vidamento líquido (financiamentos deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e pelo patrimônio líquido da Companhia).

A administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3 destas demonstrações financeiras.

A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros derivativos.

Gestão do risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de liquidez e risco de mercado.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento

(Continua...)

(...continuação.)

Prodal

Saúde

e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros a fim de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de liquidez e risco de mercado.

Os principais riscos que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e equivalentes de caixa. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovada pela Administração. Estas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos.

Risco de mercado

Risco de taxa de juros
Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, vinculadas à variação do CDI.

Risco de recebimento da contraprestação mensal máxima
Conforme descrito nas notas explicativas nos 1 e 9, este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a não receber o valor da contraprestação pública máxima mensal devido ao não atendimento dos indicadores quantitativos e de desempenho.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros
Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado. A Companhia tem como prática não

ficar exposta aos riscos de mercado, operando apenas instrumentos que lhe permitam o controle desses riscos. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2011 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

17. RECEITA LÍQUIDA

	2011	2010
Receita bruta		
Prestação de serviços	126.991.097	26.881.250
Deduções da receita		
PIS	(825.442)	(174.728)
COFINS	(3.809.733)	(806.438)
ISS	(2.539.822)	(537.625)
TOTAL	(7.174.997)	(1.518.791)
Receita líquida	119.816.100	25.362.459

18. DESPESAS POR NATUREZA

Abixo demonstramos a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos serviços prestados:

	2011	2010
Despesas com honorários		
médicos	(37.836.069)	(8.240.592)
Despesas com pessoal	(2.309.806)	(347.379)
Despesas com prestação de serviços	(17.321.941)	(3.910.299)
Despesas com medicamentos e materiais		
Despesas com manutenção e reparos	(14.090.140)	(3.389.860)
Despesas com amortização	(2.309.806)	(247.379)
Despesas com seguros	(590.854)	(273.943)
Despesas com consultoria e auditoria	(797.414)	(842.245)
Despesas com alugueis	(313.006)	(166.398)
Despesas pré-operacionais	(1.517.103)	(1.517.103)
Outras despesas	(633.379)	(143.179)
Grand Total	(119.370.791)	(27.478.998)
Custo dos serviços prestados	(113.064.824)	(24.742.501)
Despesas gerais e administrativas	(6.316.710)	(1.286.812)
Despesas pré-operacionais	-	(1.517.103)
Outras receitas operacionais líquidas	10.743	67.418
Total	(119.370.791)	(27.478.998)

PRODAL SAÚDE S.A.

CNPJ/MF 11.943.553/0001-02

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2011	2010
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	38.241	874.014
Descontos obtidos	90.369	31.791
Outros	22	-
128.652	905.805	
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e mútuos	(1.637.668)	(409.939)
Juros pagos ou incorridos	(599.324)	(9.932)
Despesas bancárias	(52.248)	(337.125)
Outros	(219.162)	(373.138)
(2.508.402)	(1.130.134)	
Variáveis monetárias, cambiais líquidas	6.123	-
Total	(2.373.627)	(224.329)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de prejuízos fiscais e bases negativas. Os valores são demonstrados a seguir:

	2011	2010
Saldo de prejuízos fiscais e bases negativas	(4.269.186)	(2.340.868)
IR e CSLL às alíquotas de legislação	34%	34%
Total IR e CSLL diferidos - ativo não circulante	(1.451.523)	(795.895)
Prejuízo fiscal antes IR e CSLL	(1.928.318)	(2.340.868)
IR e CSLL às alíquotas de legislação	34%	34%
Total IR e CSLL diferidos - resultado	(655.628)	(795.895)

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 4.269.186 (31 de dezembro de 2010, R\$ 340.868), cujos impostos diferidos ativos no montante de R\$ 1.451.523 (31 de dezembro de 2010, R\$ 795.895) foram registrados no ativo não circulante.

A Companhia, com base na projeção de lucros para os próximos anos, decidiu constituir os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, apresentando a perspectiva de realização destes créditos conforme quadro abaixo:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva
Fornecedores

A Companhia contabilizou, em janeiro de 2012, serviços prestados por fornecedores no mês de dezembro de 2011 no montante de R\$ 324.503. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de fornecedores, o custo dos serviços prestados e o prejuízo do exercício estavam apresentados a menor

em R\$ 324.503 e o patrimônio líquido apresentado a maior no mesmo montante.

Receta
A Companhia contabilizou, em 31 de dezembro de 2011, provisão de receita no montante de R\$ 4.126.564 a título de readequação do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão considerando o excedente na quantidade de leitos atendidos. Entretanto, até a data de emissão das presentes demonstrações financeiras, este montante não foi reconhecido pelo Poder Concedente, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, a receita de prestação de serviços e o contas a receber estavam apresentados a maior em R\$ 4.126.564 e os impostos e contribuições sociais e deduções da receita estavam apresentados a maior em R\$ 233.151 e o patrimônio líquido apresentado a maior em R\$ 3.893.413.

Opinião com ressalva
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PRODAL SAÚDE S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Sem modificar nossa opinião, ressaltamos que a Companhia vem apresentando prejuízos desde a sua constituição e possui

Ano	Total
2012	926.721
2013	524.802
Total	1.451.523

21. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e a importância segura das principais apólices, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia, está demonstrada a seguir:

Riscos (*)	2011
Seguro garantia da concessão	21.196.000
Responsabilidade civil, riscos contingentes	2.137.454
Riscos de danos materiais e lucros cessantes	84.925.040
Outros	319.428

(*) Conforme apólices de seguros apresentadas pela Administração da Companhia.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguranças vigentes.

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia adquiriu o montante de R\$ 3.169.713 (2010, R\$ 3.624.573) de bens do ativo intangível através de financiamento do Desembalho.

23. COMPROMISSOS

A Companhia possui contrato de prestação de serviços com as seguintes partes relacionadas (ver detalhes dos serviços prestados na nota explicativa nº 8):

Parte Relacionada	mensal - R\$	Vencimento
Dalkia Brasil S.A.	691.318	Setembro/2010
Dalkia Ambiental S.A.	571.425	Setembro/2020
Promédia Patrimonial S.A.	463.784	Março/2012

A Companhia não possui na data das demonstrações financeiras compromissos futuros relevantes firmados que não foram divulgados nas demonstrações financeiras.

24. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelos administradores em 16 de março de 2012.

Diretoria
JORGE ANTONIO DUARTE OLIVEIRA – Diretor Presidente

KLEBER BENEDITO VIANA DE LIMA
Diretor Vice Presidente

José Vitor Carvalho de Souza – Contador CRC/BA 7.850/0-6

Aos Acionistas e Diretores da
Prodal Saúde S.A.
Salvador - BA

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da PRODAL SAÚDE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança

saldos de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 2.817.663. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações através da recuperação da atividade, do suporte financeiro por parte dos acionistas ou pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro conforme previsto na cláusula 17 do contrato de concessão e não incluem nenhum ajuste às demonstrações financeiras.

Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 8, que descreve que Companhia possui operações relevantes de compra de serviços com partes relacionadas, dessa forma, o resultado de suas operações deve ser analisado sob o contexto desta situação.

Outros assuntos
As demonstrações financeiras correspondentes ao período de 20 de abril a 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes os quais emitiram relatório datado de 5 de fevereiro de 2011, sem ressalvas. Em função dos motivos expostos na nota explicativa nº 2 essas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas.

Salvador, 16 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes – CRC - ZSP 011.609/O-8- Fº BA

José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador – CRC - BA nº 015.640/O-3

ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR SÃO LUCAS S/A

CNPJ: 14.352.678/0001-48

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR SÃO LUCAS S/A. NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONVIDA OS ACIONISTAS, A SE REUNIREM NO DIA 23 DE MAIO DE 2012, ÀS 19:30 HORAS, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, COM NO MÍNIMO 2/3 DOS ACIONISTAS, E ÀS 20:30 HORAS, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, COM QUALQUER NÚMERO DE ACIONISTAS, NA AVENIDA CINQUENTENÁRIO, 1376 - CENTRO, NA CIDADE DE ITABUNA/BA, A FIM DE DELIBERAREM SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA:

- ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
- 1 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011; (A DOCUMENTAÇÃO SE ENCONTRA DISPONÍVEL NA SEDE DA EMPRESA)
- 2 – OUTROS ASSUNTOS PERTINENTES À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Itabuna-BA, 24 de abril de 2012. Dr. Eduardo Fontes Neto - Presidente do Conselho de Administração

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

CNPJ/MF Nº 13.554.910/0001-68

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 16 de maio de 2012, às 9 horas, na sede da sociedade, na Avenida 4º do Centro Administrativo da Bahia, n. 460, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- I. Aumento do capital;
- II. Transferência de Subvenção Econômica;
- III. Pagamento de Jeton ao Secretário do Conselho Fiscal em valor equivalente a 2/3 do Jeton paga aos Conselheiros;
- IV. O que ocorrer.

Salvador, 27 de abril de 2012.
O Conselho de Administração